

442023

1199500266



19 NT

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: O SETOR TERCIÁRIO NA  
DÉCADA DE OITENTA



Fundação Getúlio Vargas  
Escola de Administração  
de Empresas de São Paulo  
Biblioteca



266/95



1199500266

Banca Examinadora:

Prof. Orientador: Dr. Domingo Zurrón Ocio

Prof.

Prof.

02/10/08

Escola de Administração de S Empresa de São Paulo	
Data 24.3	N.º de Chamada 338.46 (816.11)
N.º Volume 266/95	Registrado por PR

DS.  
e.2

"(...)

A severa pauta de palavras, sons  
e imagens espelhadas em si mesmas,  
prefiro o coração ridículo  
sangrando em cima de um prato.

(...)

Afinal, o que sei todos podem saber.  
O que sinto, porém,  
quem, se o sente,  
não mente? "

Sena Madureira

A memória de José C. Bomentre, meu pai.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

Solange Mara Sílvia Braga Bomentre

Região Metropolitana de São Paulo: O Setor Terciário na  
Década de Oitenta

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação da  
FGV/EAESP. Área de Concentração: Economia e Finanças  
Públicas, como requisito para obtenção do título de Mestre  
em Administração Pública.

Orientador: Prof.Dr. Domingo Zurrón Ocio

São Paulo  
1994



BOMENTRE, Solange Mara Silvia Braga. **Região Metropolitana de São Paulo: O Setor Terciário na Década de Oitenta** São Paulo: EAESP/FGV, 1994, 140 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV, Área de Concentração: Economia e Finanças Públicas).

**Resumo:** Perfil econômico de RMSP na década de oitenta. Antecedentes da sua atual configuração econômica: origens da concentração industrial da região, desconcentração relativa a partir dos anos setenta, redução relativa do produto e emprego industriais na região na década de oitenta. Início do processo de reestruturação produtiva da indústria e crescimento do setor terciário como gerador de ocupações e renda; precarização da renda e das condições do mercado de trabalho na RMSP.

**Palavras-chave:** concentração industrial; desconcentração relativa; crise econômica; reestruturação; ajuste; setor terciário; ocupações; mercado de trabalho.

## INDICE

<b>Agradecimentos.....</b>	<b>VII</b>
<b>Apresentação.....</b>	<b>1</b>
<b>Indice de Tabelas.....</b>	<b>9</b>
<b>- Capítulo I: Origens da Industrialização em São Paulo</b>	
I. Introdução.....	11
I.1 Origens da Industrialização em São Paulo.....	13
I.2 Evolução da Indústria e Concentração em São Paulo.....	28
I.3 Anos Setenta: Crescimento e Desconcentração Industr.....	30
I.4 Desconcentração.....	35
I.5 Desconcentração Industrial: Pesquisa Entre Indústrias da RMSF.....	48
<b>- Capítulo II: Década de Oitenta: Impactos da Crise na Indústria e Crescimento do Setor Terciário</b>	
II. Introdução.....	52
II.1 A Economia Paulista na Década de Oitenta: Efeitos da Crise Sobre a Indústria.....	53
II.2 Desempenho do Setor Terciário no Estado de São Paulo	
II.3 A Economia da RMSF na Década de Oitenta.....	62
<b>- Capítulo III: Terciário Geral</b>	
III. Introdução.....	68
III.1 Classificações do Setor Terciário.....	68
III.2 O Setor Terciário: Complementaridade com o Crescimento Industrial.....	71
III.3 A Divisão do Trabalho e o Terciário.....	77
III.4 A Produtividade no Setor Terciário.....	80
III.5 O Setor Terciário Diante da Reestruturação Industrial	82
<b>- Capítulo IV: A Introdução de Novos Processos Produtivos na Indústria</b>	
IV. Introdução.....	85
IV.1 Caracterização dos Novos Processos Produtivos.....	86
IV.2 O Alcance da Crise e Processos de Reestruturação.....	92
IV.3 Alguns Dados Sobre a Reestruturação no Brasil.....	96
IV.4 Alguns Dados Sobre a Reestruturação na RMSF.....	103
<b>- Capítulo V: O Emprego no Setor Terciário na RMSF, na Década de Oitenta</b>	
V. Introdução.....	112
V.1 Crescimento do Emprego Terciário e Níveis de Ocupação Formal na RMSF.....	113
V.2 Posição dos Empregados na Ocupação na RMSF.....	118
V.3 Emprego no Terciário da RMSF, Ramos de Atividade....	119

Considerações Finais.....	133
Bibliografia.....	137

## Agradecimentos

Este trabalho foi realizado graças à colaboração de várias pessoas, às quais quero registrar meus agradecimentos, eximindo-as das incorreções que possam ser identificadas.

Primeiramente agradeço à Fundação Getúlio Vargas e à CAPES por me proporcionarem a oportunidade de usufruir bolsa de estudos durante o período em que cursei as disciplinas do curso de Mestrado.

Ao meu orientador, professor Domingo Zurrón Ocio, que desde o início mostrou-se prestativo, objetivo e prático em nossas conversas. Também agradeço aos professores membros da banca de qualificação do projeto, professores Ruben Keinert e Regina Pacheco.

O professor João Furtado (UNESP), colaborou com suas leituras críticas e sugestões bibliográficas.

Foi muito importante para o desenvolvimento desta monografia a aproximação com o seu tema e as discussões no âmbito da EMPLASA, onde trabalho. Além disso, pude me beneficiar de contatos técnicos com pesquisadores de vários órgãos, que deram grande auxílio para o desenvolvimento do trabalho.

Os amigos foram imprescindíveis, pela ajuda e compreensão que me dedicaram. Entre eles agradeço à Tânia Gerbi Veiga, por suas sugestões e revisões e a Rosinha de Britto, pelo seu incentivo. Ao Sérgio Dolcemascolo agradeço o apoio constante e as ajudas que tantas vezes solicitei. Maurício Ribeiro do Valle partilhou de muitas das minhas preocupações.

Eu não teria realizado este trabalho e mesmo o curso de Mestrado, sem o apoio de minha família. A minha mãe, Nancy, ao meu padrasto, Monjardin e às minhas irmãs, Gisele, Simone e Nancy, registro aqui minha gratidão.

A meu filho, Luís Eduardo, agradeço a compreensão que tantas vezes solicitei e espero ter compensado com o meu amor, os momentos que não pude dedicar-lhe.

## APRESENTAÇÃO

### I.

O objetivo deste trabalho é apresentar um perfil da economia da RMSP na década de oitenta, destacando o desempenho do setor terciário, que teve aumento em sua participação percentual no produto e emprego da região, relacionando-o a aspectos como:

a) tendência de redução da participação da indústria no produto da RMSP, que já vem se manifestando desde a década de setenta, com o início da desconcentração relativa da produção industrial;

b) crise econômica da década de oitenta, com fraco desempenho da indústria de transformação, o que afetou particularmente a RMSP;

c) ajustamento das empresas à situação de crise econômica prolongada, com reflexos como a redução dos postos de trabalho e externalização de serviços auxiliares à produção, que passaram a ser transferidos para o setor terciário.

### II.

a) Quanto ao primeiro aspecto relacionado, a partir dos anos setenta começou a haver um processo de desconcentração relativa da indústria da RMSP, que por várias décadas

liderou os índices de crescimento e concentrou a produção industrial, para outras regiões do país.

No final dos anos cinquenta, com a implementação do Plano de Metas, o entorno da capital paulista (Municípios da RMSF) ampliou sua produção industrial, conformando a vasta zona industrial da RMSF.

Na década de setenta, os grandes projetos de desenvolvimento implementados pelo governo federal, que tiveram entre suas metas a desconcentração industrial, estimularam o crescimento em regiões menos desenvolvidas do país e no interior paulista. O interior do estado de São Paulo se beneficiou dos projetos que favoreciam a agroindústria e do crescimento econômico geral, tornando-se a segunda principal região industrial do país. A RMSF reduziu seu percentual no produto industrial nacional e do estado, porém continuou sendo o maior e mais diversificado parque industrial nacional, com o qual as indústrias de outras regiões do país têm encadeamentos produtivos.

Além destes fatores de desconcentração, ligados à expansão econômica e à maior integração da indústria e dos mercados nacionais, a redução relativa do produto industrial na RMSF tem outros determinantes: assim como ocorreu com outras metrópoles nos países industrializados (em que o desenvolvimento resultou na criação de pólos industriais),

começou a haver um esgotamento dos fatores que antes contribuíram para um desenvolvimento concentrador.

A aglomeração, que antes atraía as indústrias devido a fatores como as maiores interações produtivas, proximidade dos mercados, maior oferta de mão-de-obra, existência de infra-estrutura, a medida que sofreram saturação, transformaram-se em fatores de expulsão das atividades industriais nestas regiões. O alto custo dos terrenos, a não disponibilidade destes para expansão das plantas, a insuficiência de infra-estrutura, as deseconomias geradas pela concentração excessiva (na forma de problemas de congestionamento do tráfego, das linhas de comunicação, poluição, problemas ambientais, esgotamento de recursos naturais) e mesmo o fortalecimento da atividade sindical nos grandes centros, convertendo-se em fator de encarecimento da produção, tudo isso contribuiu para a desconcentração industrial nestas localidades.

No caso do processo ocorrido no Brasil, a ação do Estado foi determinante, e ainda, esta desconcentração, de modo algum significou "esvaziamento" da indústria da RMSP, que no entanto, perdeu participação no produto industrial, o que seria reforçado na década de oitenta, em razão da crise econômica.

b) Os anos oitenta foram marcados pela reversão da tendência

de crescimento que prevaleceu na década anterior, pela recessão, instabilidade macroeconômica e pela implementação de vários planos econômicos que visaram o combate à inflação. Com exceção de um breve período em torno do ano de 1986, os indicadores de desempenho mostram declínio ou crescimento bastante modesto da atividade econômica em todos os setores.

A crise afetaria particularmente a indústria de transformação, em especial os ramos de bens de capital e consumo durável, em razão da queda nos investimentos e da má situação financeira do setor público. A RMSF sofreu maior impacto da recessão, porque no início da década concentrava estes ramos na composição do produto industrial. Os impactos da crise na RMSF refletiram-se na queda do emprego industrial.

Neste contexto, houve um crescimento relativamente mais favorável do setor terciário, que pôde conferir algum dinamismo à economia paulista e da RMSF, aumentando sua participação na produção e passando a ser o maior responsável pela geração de renda na região. Cresceram as ocupações na maior parte dos ramos do terciário, mas especialmente nos mais modernos, de serviços ligados à produção.

Por outro lado, houve aumento do percentual de desempregados



na População Economicamente Ativa (PEA) e o crescimento do terciário representou uma precarização do mercado de trabalho, pois neste setor há maior presença de informalidade nas relações de trabalho. O terciário é muito heterogêneo, abrigando as mais diversas formas de colocação ocupacional. Isto faz com que cresça a polarização do mercado de trabalho, entre aqueles empregados de acordo com as normas legais e protegidos pelos direitos trabalhistas e os que estão sujeitos à precariedade do trabalho informal.

c) A crise econômica prolongada, a forte retração do mercado interno, os problemas decorrentes da alta inflação e instabilidade financeira, e ainda, a necessidade, para os setores mais dinâmicos, de acompanhar as transformações que vêm surgindo nos processos de produção a nível mundial, impuseram às empresas ajustamentos produtivos e organizacionais. Estes visavam principalmente reduzir os custos de produção e introduzir procedimentos de gestão, organização e controle, para a obtenção de melhores níveis de produtividade e qualidade.

Porém, como será visto, ao contrário do forte conteúdo de inovação tecnológica presente na reestruturação dos países desenvolvidos, no caso do Brasil a crise e a ausência de políticas voltadas para o desenvolvimento científico, educacional e tecnológico, distanciam muito a reestruturação do país em relação ao que vem ocorrendo nos países de

industrialização avançada. Este processo, no entanto, tende a se aprofundar. Por ora, o determinante conjuntural - redução dos custos, busca de adaptação às exigências do mercado externo - é bem pronunciado e o ajuste das empresas é mais visível em aspectos como a adoção de técnicas de organização e gerenciamento que reduzem a mão-de-obra (principalmente redução de níveis hierárquicos e externalização de serviços de apoio).

Apesar da dificuldade em se captar os impactos deste início de reestruturação, muitos analistas já atribuem a este processo o aumento dos níveis de produtividade, que vem se firmando na indústria. Em função disso, também se cogita que, mesmo em caso de uma retomada do crescimento econômico, parte dos postos de trabalho da indústria não mais serão recuperados.

A redução dos postos de trabalho no setor secundário teve como contrapartida o crescimento relativo do emprego no terciário. A tendência à terceirização dos serviços, bastante difundida, também contribuiu para o aumento das ocupações no setor.

### III

Estes elementos, que compõem o cenário econômico da RMSF na década de oitenta e que se entrecruzam com a questão do papel do setor terciário, serão desenvolvidos ao longo deste trabalho.

No primeiro capítulo trataremos dos antecedentes da configuração econômica da região (ligados à acumulação cafeeira) e do desenvolvimento industrial ao longo deste século. Em seguida, mostraremos brevemente os principais ocorrências do desenvolvimento da indústria até os anos setenta, quando começou a haver desconcentração da indústria, manifestada pela redução percentual das taxas de crescimento e do produto industrial em relação a outras regiões.

O segundo capítulo irá tratar da década de oitenta, enfocando a crise econômica, o fraco desempenho da indústria e elevação da produção do setor terciário, bem como o modo como a crise se manifestou na RMSF.

O terceiro capítulo trará algumas considerações teóricas gerais sobre o setor terciário, de modo a ressaltar sua importância como setor econômico não somente no Brasil, e apontar questões como a da produtividade no setor, determinantes de seu crescimento, sua relação com a mudança

nos processos produtivos, etc.

No quarto capítulo, trataremos da mudança nos processos produtivos da indústria, mostrando algumas de suas principais características e os elementos que se contrapõem ao modelo anterior de desenvolvimento que predominou na expansão industrial do pós-guerra. Mostraremos a situação da indústria no Brasil quanto à adaptação a estes novos paradigmas emergentes e ainda, dados que evidenciam a situação da indústria da RMSF, indicando a introdução de elementos que caracterizam as mudanças que se processam nos processos produtivos.

Por fim, no capítulo cinco apresentaremos dados sobre a situação das ocupações na RMSF na década de oitenta, diante do impacto dos fatores apontados acima (crise econômica, perda de empregos no setor secundário e ajuste produtivo das indústrias), mostrando como o setor foi capaz de gerar ocupações no mercado de trabalho, através da ampliação de ocupações tanto nos ramos estruturados de modo formal, quanto naqueles onde predominam as relações informais. Desta forma, o mercado de trabalho na RMSF reforçou sua heterogeneidade, pela presença das mais variadas formas de inserção dos ocupados e pelo aumento da diversidade de ocupações que o setor comporta.

## ÍNDICE DE TABELAS

### TABELA

Pág.

#### Capítulo I

T.1 Desenvolvimento da População Paulistana (1872-1960)...	23
T.2 Brasil: Estados Seleccionados; Participação no Produto e Emprego Industrial Nacional (1950-1985).....	33
T.3 Distribuição Espacial do VTI na Indústria de Transformação do Estado de São Paulo, RMSF e Interior (1970-1985).....	34
T.4 Evolução Relativa do Pessoal Ocupado na Indústria e do Número de Estabelecimentos em São Paulo, RMSF e Interior (1940-1985).....	38
T.5 Brasil, por Regiões e Estados Seleccionados: Distribuição Espacial da Indústria de Transformação (1970-1990).....	42
T.6 Participação de São Paulo e Suas Regiões no Produto Industrial do Brasil (1959-1987).....	44

#### Capítulo II

T.7 Produto Interno Bruto (PIB), Brasil - Variação Percentual (1981-1990).....	57
T.8 Índices do Nível de Emprego, Por Setores de Atividade, Brasil, (1980-1990).....	58
T.9 INA, Nível de Utilização da Capacidade, Nível de Pessoal Ocupado Estado de São Paulo (1980-1989).....	59
T.10 Estimativas de Emprego Anual da Indústria de Transformação - ESP, RMSF e Interior (1980-1988).....	60
T.11 PIB por Setores de Atividade - ESP (1980-1990).....	62
T.12 Estrutura Industrial e Participação dos Ramos da Indústria de Transformação no Total do Valor Adicionado - ESP (1980-1989).....	63
T.13 Distribuição das Pessoas Ocupadas, Segundo Setores e Ramos de Atividade - RMSF (1981-1990).....	65

#### Capítulo III

T.14 Emprego por Setores de Atividade Econômica; Países Seleccionados (1979).....	76
---	----

#### Capítulo IV

T.15 Indicadores de Desempenho da Produção nas Indústrias - Brasil, Médias Mundiais e Japão (1970-1993).....	99
T.16 Indicadores do Nível de Atividades (INA), Emprego e Horas Trabalhadas - ESP (1980-1990).....	100
T.17 Distribuição dos Estabelecimentos por Existência de Setor de Trabalho Informatizado, Segundo Porte (1990).....	105
T.18 Distribuição dos Estabelecimentos por Existência de Setor Estruturado de P&D, Segundo Porte (1990).....	110

## Capítulo V

T.19 Participação do Setor Terciário no PIB Paulista, Por Grupos de Atividade (1980-1988).....	115
T.20 Taxas Médias Anuais de Crescimento do Nível de Emprego Formal ESP e RMSF (1980-1990).....	118
T.21 PEA Segundo Posição na Ocupação, RMSF (1979-1990)..	120
T.22 Pessoal Ocupado por Setor de Atividades e Participação no Total - RMSF (1981-1990).....	121
T.23 Setor Terciário: Pessoas Ocupadas (Por Grupos de Atividade) e Participação no Total - RMSF (1981/1990)...	122
T.24 Comércio (Setor Terciário): Pessoas Ocupadas por Subgrupos e Participação no Total -RMSF (1981/1990).....	124
T.25 Transportes (Setor Terciário): Pessoas Ocupadas por Subgrupos e Participação no Total -RMSF (1981/1990).....	125
T.26 Serviços (Setor Terciário): Pessoas Ocupadas por Subgrupos e Participação no Total -RMSF (1981/1990).....	128
T.27 Administração Pública (Setor Terciário): Pessoas Ocupadas por Subgrupos e Participação no Total -RMSF (1981/1990).....	130

## Capítulo I : Origens da Industrialização em São Paulo

### I. Introdução

Neste capítulo iremos tratar da estruturação econômica da cidade de São Paulo, dos fatores que determinaram uma trajetória de crescimento industrial concentrado nesta região e da desconcentração relativa a partir dos anos setenta, quando a expansão econômica foi acompanhada de perda de participação relativa de São Paulo no produto industrial.

A industrialização determinou a estrutura econômica da cidade de São Paulo, e influenciaria a evolução econômica do Estado. Por sua vez, a indústria teve sua origem determinada pela acumulação propiciada pelo complexo econômico cafeeiro, que teve seu núcleo nesta região.

O primeiro item mostrará brevemente os determinantes do complexo cafeeiro, que proporcionaram a base do desenvolvimento industrial e como, em função disso, a economia paulista se diferenciou em relação à de outras localidades do país, determinando sua posição de liderança na economia nacional.

No segundo item mostraremos como se deu o desenvolvimento industrial até os anos setenta e como as chamadas economias

de aglomeração contribuíram para a concentração industrial em São Paulo.

Os anos setenta representaram uma reversão da tendência à concentração da produção industrial em São Paulo, já que as políticas governamentais estimularam a desconcentração, que acompanhou a forte expansão econômica da década. Ao mesmo tempo, tal como ocorre nas principais concentrações industriais do mundo, a capital paulista começou a sofrer um esgotamento dos fatores que determinaram suas vantagens locacionais, com o surgimento de deseconomias de aglomeração.

No item 3 apresentaremos dados sobre a desconcentração da produção industrial a partir de seu principal núcleo dinâmico, o que fez com que São Paulo passasse a ter um crescimento relativamente menor que o de outras regiões do país. Mostraremos os rebatimentos deste processo sobre a composição do PIB e emprego, destacando também o crescimento da indústria no interior paulista, bem como a perda de participação da capital no produto industrial em relação à RMSP e ao Estado, e da RMSP em relação ao interior.

Por fim, o item 4 trará alguns dos principais resultados de uma pesquisa feita entre indústrias de vários ramos, sediadas na RMSP, e que durante a década de oitenta realizaram mudanças locacionais. As empresas pesquisadas



analisaram fatores como presença de infra-estrutura, atuação do poder público, distância dos mercados produtores e fornecedores, etc, para escolher a nova localização. As principais razões apontadas como determinantes destas mudanças e algumas propostas para a situação do Estado de São Paulo diante da relocação industrial, encerra o capítulo.

### **I.1 Origens da Industrialização em São Paulo**

Entre o final do século XIX e a década de trinta, a economia paulista desenvolveu os fatores que a fariam ter a liderança na economia nacional, fortalecida nas décadas seguintes com o crescimento e diversificação da indústria, que se tornaria a principal atividade econômica da região.

A industrialização no Brasil teve uma evolução muito diferenciada daquela dos países desenvolvidos, em grande parte condicionada pela situação do setor externo e em vários períodos motivada pela substituição de importações. A medida que declinava a atividade agrário-exportadora, os capitais foram sendo transferidos para atividades industriais, que apesar de nas primeiras décadas do século já terem um dinamismo próprio, ganhariam impulso nos momentos de restrição às importações.

Os ciclos primário-exportadores deram a primeira configuração do espaço econômico nacional. O desenvolvimento do complexo cafeeiro trouxe a estruturação do Estado de São Paulo, desde que na cidade de São Paulo se estabeleceu seu núcleo dinâmico, para onde convergiam os capitais originados desta atividade.

Dada a dimensão territorial do país, houve o estabelecimento de economias regionais, com pouca integração entre si. Nos núcleos urbanos interiorizados, formados em função das atividades primárias, a dificuldade de transportes criava uma barreira natural aos mercados exteriores, daí a pouca interrelação entre as diferentes regiões. As regiões próximas de São Paulo e Rio de Janeiro não conseguiram instalar indústrias de pequeno porte, devido à concorrência com os centros industriais mais desenvolvidos.

As demais regiões do país, ou não possuíam indústrias ou estas eram vinculadas à atividade agrícola tradicional, restritas a alguns segmentos nos quais se fazia a transformação dos recursos naturais disponíveis, ou ligada a uma base agropecuária. Geralmente, tratava-se de indústrias antigas e pouco dinâmicas.

A indústria paulista instalou-se em um momento posterior ao da instalação de indústria em outras regiões do país. Nestas, não houve a concorrência dos fatores que

contribuiriam para um maior crescimento industrial, como houve em São Paulo. A sua instalação em um momento posterior fez com que a indústria paulista operasse com maiores níveis de produtividade, devido ao uso de equipamentos mais novos e avançados. Além disso, a infra-estrutura existente favoreceu a instalação de indústrias pequenas e médias, permitindo uma maior complementaridade, com maiores trocas interempresariais.

O desenvolvimento industrial determinou não somente a evolução geográfica e as relações econômicas e sociais que passaram a prevalecer com a mudança do padrão de acumulação, mas também, o modo como a urbanização se processou. Isso porque a implantação de indústrias interfere sobre a estrutura urbana, material e de serviços, na medida que atrai contingentes populacionais e outras atividades econômicas.

As condições que possibilitaram o surgimento da indústria em São Paulo e favoreceram seu crescimento de modo diferenciado de outras regiões do país, deveram-se à existência de uma acumulação prévia e às mudanças nas relações sociais proporcionadas pela economia cafeeira. Essas condições permitiram a expansão econômica em novas bases, a partir de relações calcadas no modo capitalista de produção, caracterizado principalmente pela inserção do fator trabalho

no processo produtivo. Como aponta Cano<sup>1</sup>, não bastaria que houvesse as complexas inter-relações entre os vários componentes do complexo econômico cafeeiro, para que houvesse tal dinâmica de acumulação. É condição essencial que este complexo operasse dentro das relações capitalistas de produção.

Enquanto outras regiões do país, especialmente o Nordeste, haviam conhecido épocas de grande desenvolvimento econômico, a cidade de São Paulo era um modesto entreposto comercial e não mais que uma rota de passagem para o interior do país, não sendo comparável com capitais do Nordeste e com o Rio de Janeiro em termos de população e crescimento econômico, situação que começou a ser modificada (em meados do século XIX), tardiamente em relação a outras regiões.

É bem conhecido o trajeto do plantio do café pelo Estado de São Paulo, que começou pelo Vale do Paraíba em meados do século XIX e penetrou pelo então desconhecido interior do Estado, onde a abundância e qualidade das terras favoreceram seu cultivo. Com a concorrência de uma série de fatores beneficiando seu desenvolvimento, já na passagem para o século XX, a cidade tornara-se o núcleo da economia cafeeira.

---

<sup>1</sup>. Wilson CANO, *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, pp.17-8.

Sem retomar a questão das razões pelas quais o capital de origem agrário-exportadora aos poucos se direcionou para as atividades industriais<sup>2</sup>, objeto de vários trabalhos clássicos sobre o assunto, destacamos aqui três elementos que são considerados de fundamental importância para a estruturação das bases da acumulação industrial. São estes: a) introdução do trabalho assalariado, com emprego de mão-de-obra livre; b) criação de um conjunto de elementos de infra-estrutura urbana e produtiva; e c) disseminação das relações comerciais e transações monetárias na economia.

a) A solução dada pelos fazendeiros paulistas para o problema de escassez de mão-de-obra, com a imigração, foi de fundamental importância para a constituição de um processo de acumulação nos moldes capitalistas, tanto por possibilitar a superação da restrição da mão-de-obra para o aumento da produção, como por introduzir o assalariamento, criando assim um incipiente mercado consumidor para bens de subsistência, que foram os primeiros a serem fabricados<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup>. Discute-se por exemplo o papel que a crise de 1929 teria tido, uma vez que neste momento as exportações tiveram forte declínio. Segundo outras análises, a estrutura industrial, ou seja, o embrião da indústria, já era existente no período anterior à década de trinta. Ver a este respeito os trabalhos de Wilson Cano, op.cit.; Warren Dean **A Industrialização de São Paulo**; e Sérgio Silva **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**.

<sup>3</sup>. Entre outras coisas, como mostra Warren Dean, os plantadores encontraram nesta necessidade de bens de subsistência mais uma fonte de ganhos, uma vez que os trabalhadores eram proibidos de fazer cultivos de subsistência, sendo obrigados a adquirir o que necessitavam nos armazéns das fazendas. DEAN, op.cit., p.11.

O crescimento da demanda, dado pelo aumento da população e pela expansão urbana e ainda, a introdução de novos hábitos de consumo por parte dos imigrantes, incentivou a agricultura nas regiões cafeeiras. Ao mesmo tempo que se superava um importante obstáculo à expansão econômica, criava-se um contingente de mão-de-obra disponível, que necessitaria ser empregada e que seria aproveitada na indústria, tornando-se também o embrião de um mercado consumidor para os bens de consumo simples que seriam fabricados pela indústria nascente.

b) Os lucros da economia cafeeira custearam a criação da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento posterior da indústria. As estradas de ferro foram construídas em função da expansão cafeeira, em concurso com o capital estrangeiro, do mesmo modo como foram criadas usinas de energia elétrica pelo capital europeu ou americano e canadense - com participação do capital cafeeiro - vislumbrando o crescimento das cidades<sup>4</sup>. Também o porto de Santos, principal ponto de escoamento da produção e ligação com o mercado exterior, foi empreendimento cafeeiro. Como parte do complexo econômico cafeeiro, foram surgindo uma série de atividades urbanas, tais como casas de importação e exportação, bancos, transportes intraurbanos, escritórios, armazéns, escolas, institutos de educação superior,

<sup>4</sup>. DEAN, op.cit., pp.14-15.

"requerendo e facultando, ainda, a expansão do aparelho do Estado"<sup>3</sup>. Foram sendo criados um conjunto de progressos urbanos na cidade de São Paulo que, em última instância, foram responsáveis pela industrialização. Desenvolveu-se a fabricação de artigos necessários à produção e comercialização do café, tais como instrumentos de trabalho nas lavouras, sacaria, tecidos para vestimenta dos trabalhadores, etc.

c) Antes da expansão cafeeira, eram pouco comuns as transações monetárias no meio agrário paulista, onde as culturas de subsistência garantiam uma quase auto-suficiência ao meio rural<sup>4</sup>. A medida que se expandiram as transações comerciais com o café aumentou o dinheiro em circulação e se passou a direcionar o trabalho escravo e dos colonos apenas para o cultivo cafeeiro, adquirindo-se de outras fontes as mercadorias antes produzidas nas fazendas. Além disso, com o assalariamento difundiu-se o uso do dinheiro. Até a terra passou a adquirir um valor monetário e valor de troca. O estímulo dado pelo maior uso da moeda foi fundamental para dotar a economia de instrumentos de crédito e repassar para outros setores os lucros da atividade cafeeira, estimulando as atividades complementares. O comércio do café gerou não só a demanda por produtos industriais (representada a princípio pelos equipamentos e

---

<sup>3</sup>. CANO, op.cit., p.21.

<sup>4</sup>. DEAN, op.cit., pp.10-11.

insumos para a produção), mas também os recursos para custear boa parte dos investimentos em infra-estrutura requeridos para o início da industrialização.

Alguns elementos presentes na origem da concentração da indústria em São Paulo relacionam-se às limitações financeiras e tecnológicas das indústrias nascentes. A implantação destas em São Paulo possibilitava a redução de seus custos de instalação. As indústrias se beneficiavam aqui de condições que não eram encontradas em outras regiões do país e que por oferecerem economias externas, diminuía as necessidades iniciais de investimento. Exemplo disso era o abastecimento de energia elétrica. Este serviço já era bem difundido em São Paulo desde o início do século e representava uma economia significativa para as indústrias locais.

Para se instalarem em outras regiões, as indústrias necessitavam de maior intensidade relativa de capital. A estrutura existente em São Paulo, de transportes, comunicações, energia, tornou-se a pré-condição que diferenciava a cidade de São Paulo quanto às possibilidades de transferência de seus excedentes para atividades outras, complementares ou não à atividade industrial.

A expansão do meio urbano, complementar à indústria cafeeira, possibilitou a conversão do capital cafeeiro em



capital bancário, comercial, industrial, ampliando as possibilidades de investimento em períodos em que a lucratividade da atividade cafeeira era desfavorável. As interrelações entre os segmentos industriais que se desenvolviam e as atividades urbanas, trouxeram à cidade de São Paulo um papel de pólo de desenvolvimento e de atração populacional, bem como um papel integrador dos mercados nacionais. A complementaridade industrial fez também com que a região mais dinâmica do país explorasse as oportunidades de diversificação em seu próprio espaço.

A proximidade com o porto de Santos; a existência de uma mão-de-obra abundante, representada pelos imigrantes; o mercado incipiente para os seus produtos (basicamente bens de consumo simples) e o fato de já existirem algumas indústrias, facilitando as trocas interindustriais, estão entre os elementos que desde o início favoreceram a concentração industrial em São Paulo.

O capital cafeeiro promoveu a primeira expansão da indústria, seja direta ou indiretamente. Como assinala Cano "os próprios fazendeiros investiam seus lucros em indústrias diretamente, e indiretamente quando seus lucros transitavam pelo sistema bancário (...)"<sup>7</sup>. O capital cafeeiro foi se transformando em capital bancário, comercial, industrial, convertido pelo sistema bancário, que teve ampla

<sup>7</sup>. CANO, op.cit., p. 130.

participação no processo. A concentração industrial em São Paulo deve ser entendida como algo que tem suas origens já no início deste século, em razão dos vários fatores que para isto contribuíram. Além da intensidade de concentração de capital gerada pela economia cafeeira e suas possibilidades de "migração" para a atividade industrial, São Paulo oferecia economias externas que favoreciam a industrialização e davam condições para a entrada de indústrias pequenas e médias no mercado que surgia e que comportava vários tamanhos de empresas, diversificando a produção.

O crescimento e fortalecimento econômico da cidade de São Paulo, seu caráter de zona urbana emergente, a possibilidade de emprego na indústria, exerciam forte atração migratória, principalmente para as populações rurais. A cidade atraía não só imigrantes, mas também migrantes de várias regiões do país, que acorriam não somente para trabalhar na indústria ou na agricultura, mas que também vinham instalar os mais variados negócios. Além disso, o Estado já possuía uma agricultura diversificada que em grande parte satisfazia suas necessidades de consumo básico e fornecia matérias-primas para a indústria.

Desde o início deste século, o fenômeno da urbanização já começava a se delinear, acelerando-se nas décadas posteriores com a mudança produtiva representada pelo papel

cada vez mais dinâmico da indústria. As ferrovias, construídas para transportar café integravam todo o Estado, e inclusive as fronteiras dos Estados vizinhos, trazendo para este, os mercados do norte do Paraná, sul de Minas Gerais, Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso, fazendo com que estas regiões geograficamente integradas se constituíssem em uma vasta zona de influência da economia paulista -como ocorre até os dias de hoje. A população afluía de todas as partes do país e do exterior, fazendo com que tenha havido taxas muito expressivas de crescimento populacional em São Paulo nas primeiras décadas deste século (Tabela 1). Na passagem para o século XX, a taxa de desenvolvimento (incluindo crescimento populacional, migrações, imigrações) ultrapassou 100%, assim continuando até a década de vinte, imprimindo um ritmo acelerado de crescimento da população.

TABELA 1  
DESENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO PAULISTANA(\*) (1872-1960)

ANO	População(ha)	Crescimento (%)
1872	31.385	
1890	64.934	106%
1900	239.820	168%
1920	579.033	141%
1934	1.060.120	83%

(\*) "As comparações não podem ser feitas com muito rigor, pois houve desmembramento de certas áreas do território da capital. Isto leva a alguma subestimação da taxa de crescimento."

Fonte: Censos de 1890, 1900, 1920, 1940 in Paul Singer, 1974, p.58. Apud Maria de Fátima Araújo, "Os Cem Últimos Anos na História da Cidade e a Formação da Grande São Paulo".

Antes de 1920, as taxas de crescimento da indústria de São Paulo já eram maiores que as do resto do país. São poucas as informações existentes sobre a indústria antes de 1907, quando houve o primeiro Censo Industrial. Neste ano, a participação da indústria paulista em relação à indústria nacional era de 15,9%, passando para 30,7% em 1914 e 33,5% em 1920<sup>9</sup>.

O desenvolvimento da indústria paulista passou por uma importante mudança a partir da crise de 1929, que significou um desenvolvimento distinto do período anterior, em que existia forte condicionamento dos investimentos à atividade cafeeira. A indústria passou a ser o núcleo central da economia e em decorrência, a cidade de São Paulo tornou-se seu centro dinâmico. A economia paulista pôde superar a crise, transformando e diversificando sua estrutura produtiva.

Na década de vinte, houve uma mudança qualitativa na expansão industrial, com a implantação de compartimentos industriais mais complexos, como a química, metalurgia e cimento, além de um excepcional crescimento da indústria de alimentos. Este investimentos contribuíram para dar maior autonomia à indústria paulista diante das restrições às importações, com a crise de 1929. A existência de alguns

---

<sup>9</sup>. IBGE, Censo Industrial de 1920.

ramos da indústria de bens de produção possibilitou, a partir daí, um crescimento potencialmente ampliado e diversificado, superando em certa medida, as restrições impostas pela crise externa. Também significou a possibilidade de um maior avanço na integração com os mercados de outras regiões do país e maiores trocas no mercado estadual, já que, com a diversificação industrial aumentou a complementaridade entre as indústrias da região, criando uma dinâmica interna que realimentava sua expansão.

A medida que a indústria paulista crescia, e já tendo consolidado seu mercado interno, passou a reclamar novos mercados. Este "mercado exterior" foi representado pelas demais regiões do país, o que reforçou seu papel de liderança. Com o crescimento da integração nacional, a indústria paulista se sobrepunha à de outras regiões. Com a instalação das primeiras indústrias de bens de produção na década de vinte, tornava-se praticamente inviável sua implantação em outras regiões, acentuando a concentração industrial em São Paulo.

A partir da década de trinta, com a crise da economia agrário-exportadora e o fortalecimento da indústria, a cidade de São Paulo concentrou cada vez mais uma variedade de atividades tipicamente urbanas (como bancos, escritórios, comércio atacadista, varejista, comunicações, energia elétrica, equipamentos urbanos), além das atividades

industriais, superando todas as demais localidades do país.

As exportações para o exterior deixaram de ser o núcleo da acumulação da economia paulista e passaram a ter o papel de geradoras de divisas para as necessidades de importação de bens de capital. As importações passaram a suprir basicamente os bens de produção para a indústria, ao invés de bens de consumo, como anteriormente. A indústria paulista pôde conquistar o mercado nacional e se consolidar como maior centro dinâmico do país, graças ao salto qualitativo dado na década de vinte, quando teve um crescimento médio anual muito superior ao resto do país e implantou um pequeno segmento de produtos intermediários, bens de capital e insumos mais complexos, além de ter diversificado e ampliado sua produção de bens de consumo e alargado suas escalas de produção.

Em 1930, produção industrial paulista já era 1/3 da produção nacional em Valor Adicionado (em 1939, 41%) e quase a metade da produção dos ramos mais dinâmicos (minerais não-metálicos, material de transporte, química). Nas três primeiras décadas deste século não houve incentivos governamentais em favor da industrialização e da localização das atividades industriais<sup>7</sup>, mas o Estado de São Paulo (ESP) absorveu indústrias em uma etapa do desenvolvimento em que a

---

<sup>7</sup>. Oscar O. FRICK, "Reflexões Sobre a Desconcentração Industrial em São Paulo", p.65.

proximidade de matérias-primas e dos mercados eram fundamentais. No anos quarenta a cidade de São Paulo já possuía um mix industrial nos grupos de bens não-duráveis, ramos de bens de capital e de consumo durável.

As relações de comércio de São Paulo com o exterior e com outras regiões do país demonstram a evolução do processo de concentração. As exportações para o exterior, que eram altas nas primeiras décadas do século, tenderam a se reduzir com o crescimento da indústria e declínio do café, enquanto o comércio com o resto do país, que era inferior a 15% do produto subiu para mais de 25% na década de vinte e para mais de 50% nos anos trinta, com a crise do café<sup>12</sup>, o que mostra a crescente integração do mercado nacional. As trocas se davam, tendo São Paulo como fornecedor de bens industriais, sendo as outras regiões fornecedoras de matérias-primas e gêneros alimentícios. As outras regiões do país dificilmente teriam condições de alcançar o mesmo desenvolvimento, ficando o seu crescimento condicionado às demandas específicas do seu mercado, agudizando as diferenças regionais e fortalecendo o papel de pólo dinâmico nacional da economia paulista.

No momento em que a indústria se tornou a principal atividade econômica, a concentração em São Paulo tornou-se mais efetiva. Isso porque, os mecanismos de acumulação da

<sup>12</sup>. CANDO, op. cit., p.235.

indústria já haviam fincado sua bases na região e dificilmente as condições ali encontradas teriam como se repetir em outras localidades. Até a década de setenta, os ciclos de expansão industrial iriam beneficiar preferencialmente São Paulo, reforçando sua concentração econômica e as diferenças regionais.

## **1.2 Evolução da Indústria e sua Concentração em São Paulo**

A produção industrial de São Paulo em relação à produção industrial total do Brasil, teve a seguinte evolução nas primeiras décadas deste século: passou de 31,5% em 1919 para 37,5% da produção nacional em 1929 e 45,4% em 1939. A medida que crescia a produção industrial paulista, diversificando-se e concentrando parcelas cada vez maiores do produto, distanciava sua capacidade produtiva do resto do país. Além disso, alcançava melhores resultados setoriais em ramos como têxtil, de vestuários e bebidas.

A crise mundial de 1929 manifestou-se no Brasil como um momento de excesso de oferta cafeeira e necessidade de criação de uma estrutura industrial mais ampla. Nesta época, deu-se a consolidação de São Paulo na liderança do desenvolvimento nacional, com crescente capacidade de investimento e de assimilação de progresso tecnológico e maior diversificação produtiva da indústria. A partir



principalmente de 1933, houve forte crescimento e diversificação da indústria paulista, com ascensão de novos setores e perda de peso relativo dos setores mais tradicionais. Ao mesmo tempo, ampliou-se a urbanização no Estado e a taxa, que era de 36,7% em 1934 se elevaria para 44,1% em 1940<sup>11</sup>.

Nos anos quarenta, consolidaram-se os subúrbios industriais na RMSF, atraindo população operária e formando cidades ao redor da capital paulista, com rápido crescimento. A construção de grandes rodovias, que se intensificaria nas décadas seguintes, ampliou a comunicação da metrópole com outras cidades e Estados, aproximando os mercados e elevando os fluxos de bens e pessoas.

Na década de cinquenta, houve a passagem da industrialização restringida para a industrialização pesada, com a implantação de vários ramos da indústria de bens intermediários e de bens de consumo durável. Houve avanço das relações capitalistas e mercantis na agricultura. Com isso, seria ampliada a migração rural-urbana, muito acentuada nas duas décadas seguintes. A expansão provocou um espraiamento da indústria além da cidade de São Paulo, ampliando sua presença por outros municípios da Região

---

<sup>11</sup>. Este período da formação industrial é conhecida como a etapa de industrialização restringida, que se prolongaria até a nova etapa de investimentos na indústria pesada, no final dos anos cinquenta.

Metropolitana de São Paulo (RMSP), que se tornou uma vasta região industrial.

Com o Plano de Metas (1956-1961) os investimentos na indústria pesada (representada por materiais de transportes, mecânica, material elétrico e de comunicações) concentraram-se na RMSP, assegurando liderança da indústria paulista no cenário nacional. As indústrias mais modernas, principalmente a automobilística, iriam se instalar na RMSP, (nos municípios do ABC), ao longo da Rodovia Anchieta. Com o crescimento da indústria pesada, o emprego industrial se expandiu, inclusive nas ocupações de nível médio, provocando diversificação ocupacional e a ampliação dos níveis médios de rendimento. Os municípios do ABC tiveram forte crescimento populacional e de atividades do comércio e serviços.

### **1.3 Anos Setenta: Crescimento e Desconcentração Industrial**

O início dos anos sessenta foi marcado pela crise institucional e política e pela estagnação econômica. O governo militar que se instalou a partir de 1964 procedeu a um conjunto de reformas - administrativas, fiscais, financeiras e bancárias- e a uma redefinição da atuação do Estado ampliando sua inserção nas áreas produtivas e sua intervenção (direta ou indireta), com vistas à promoção do

crescimento econômico. Estas reformas permitiram a retomada do processo de acumulação em nível ampliado, que resultou em forte expansão da economia entre 1968 e 1973.

Este período apresentou importantes alterações na estrutura industrial, com um novo salto tecnológico e um avanço da internacionalização da economia. Sob o aspecto institucional, as mudanças representaram centralização das decisões e dos recursos governamentais na esfera federal, devido ao modo de estruturação da política fiscal e a distribuição de atribuições entre as esferas de governo.

Na década de setenta se iniciaria uma alteração no padrão de distribuição geográfica dos assentamentos industriais em muitos países desenvolvidos, com maior crescimento industrial e populacional fora das regiões em que tradicionalmente haviam se concentrado as atividades econômicas. Houve então uma tendência ao esgotamento das vantagens de localização em áreas mais adensadas, com desconcentração de atividades econômicas a partir destas áreas.

Várias razões contribuíram para este processo, relacionadas à geração de *deseconomias* de aglomeração, como as crescentes restrições (traduzidas em maiores custos, tributos e tarifas) impostas pelo poder público à ocupação por indústrias, de regiões com maior concentração populacional,

além da escassez de terrenos para expansão, seu alto custo, carência de infra-estrutura, etc. Estas mudanças estariam invertendo a tendência anterior de crescimento, responsável pela formação de pólos industriais (geralmente um ou dois por país)<sup>12</sup>.

No Brasil, como em outros países de industrialização tardia, o desenvolvimento industrial se deu de forma particularmente concentrada, resultando na localização, na RMSF das principais indústrias e atividades a ela complementares.

A relevância desta concentração pode ser observada pela **Tabela 2**. Os dados, baseados nos Censos Industriais, apresentam o modo como evoluiu a produção e o emprego industriais em alguns Estados selecionados, mostrando a distribuição da indústria no espaço nacional. Destacam-se a elevada participação do Estado de São Paulo, especialmente após a década de quarenta e o declínio concomitante do Estado do Rio de Janeiro. O ESP teria o auge de sua participação na produção industrial nacional na década de setenta, quando então ocorreria uma sensível redução desta

---

<sup>12</sup>. Azzoni classifica as forças aglomerativas, que resultam na criação de pólos industriais, em economias de escala (internas à planta), economias de localização (internas ao setor) e economias de regionalização (que envolve fatores relacionados à condição de centro de idéias de uma região), e por fim, economias de complexo industrial (internas ao conglomerado ou *cluster* de setores industriais inter-relacionados. Carlos R. AZZONI, "A Lógica da Dispersão da Indústria no Estado de São Paulo". O autor trabalha com a idéia, mais ampla, de campo aglomerativo.

em favor de outros Estados.

TABELA 2

BRASIL: ESTADOS SELECIONADOS.

PARTICIPAÇÃO NO PRODUTO E EMPREGO INDUSTRIAL NACIONAL  
(1950-1985) (% sobre Total)

Variável e Estado	1950	1960	1970	1975	1980	1985 <sup>1</sup>
<b>Produção</b>						
São Paulo	46,6	55,0	55,3	55,3	51,9	47,4
Rio de Janeiro	21,1	16,0	14,8	12,4	10,0	9,8
Minas Gerais	7,1	6,0	7,5	7,6	8,6	8,2
R.Gde. Sul	8,6	7,7	6,8	7,3	7,2	7,2
Resto do Brasil	16,6	15,3	15,6	17,4	22,3	27,4
<b>Emprego</b>						
São Paulo	37,9	46,2	48,0	47,0	45,7	44,6
Rio de Janeiro	19,4	15,9	13,3	11,7	9,6	8,5
Minas Gerais	8,8	7,8	7,5	7,7	8,2	8,6
R.Gde. Sul	9,1	7,4	8,3	9,4	9,3	10,5
Resto do Brasil	24,8	22,7	22,9	24,2	27,2	27,8

Fonte: FIRGE, Censos Industriais, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e Frick, op.cit.

1. Houve alteração no âmbito das metodologias utilizadas para os Censos de 1980 e 1985, que referem-se, resumidamente, às mudanças nas especificações para identificação dos estabelecimentos, mudanças na classificação das atividades, entre outras.

As primeiras indústrias do ESP localizaram-se na capital, com posterior crescimento nos municípios em seu entorno, a partir dos anos cinquenta. Os dados do Censo Industrial mostram que a alteração desta tendência concentradora começou na década de sessenta. Esta inflexão deu-se com a queda relativa de participação do Município de São Paulo no número de estabelecimentos industriais.

Podemos identificar dois momentos na desconcentração: o

primeiro é o do crescimento relativamente maior dos municípios em torno da capital paulista, com a instalação da indústria pesada a partir do Plano de Metas. O segundo é o da aceleração do crescimento industrial no interior paulista e em regiões externas ao ESP, nos anos setenta (com perda relativa de participação da RMSF e do Estado, na produção industrial).

Em 1970 a RMSF tinha 74,7% do VTI estadual em 1970 e passou para 62,9% em 1980, enquanto no mesmo período o interior passou de 25,3% do VTI estadual para 37,1%, confirmando a desconcentração relativa da produção, que permaneceu quase inalterada em meados da década de oitenta (Tabela 3).

TABELA 3  
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO RMSF E INTERIOR (1970-1985) (%)

REGIÕES	1970	1980	1985
RMSF	74,7	62,9	62,7
Interior	25,3	37,1	37,2
Estado	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIRGE, Censos Econômicos, 1970, 1980 e 1985.

Desde os anos sessenta já ocorria uma desconcentração, quando indústrias mais antigas, localizadas no centro da cidade de São Paulo e ao longo das ferrovias, começaram a se transferir para os novos centros industriais em áreas mais afastadas, devido à valorização das áreas centrais.

A indústria de transformação paulista é a mais diversificada, e funciona como um eixo, em torno da qual se articulam as indústrias regionais. Por isso, desconcentração não provocou "esvaziamentyto" da indústria paulista<sup>13</sup>.

O termo *desconcentração* é apropriado a este processo, em que há o aparecimento e crescimento de atividades em locais periféricos, sem que elas tenham desaparecido nas localidades centrais<sup>14</sup>. É o que ocorreu com o avanço da integração do mercado nacional, uma vez que não houve declínio das atividades na RMSP, que ao contrário, recebeu estímulo, dadas as interações entre os diferentes ramos industriais.

#### 1.4 Desconcentração

Na década de sessenta, a questão da desconcentração na RMSP já vinha ganhando importância regional comparável à questão da industrialização do Nordeste, a nível nacional<sup>15</sup>. O crescimento acelerado da urbanização no país e o forte êxodo rural-urbano (motivado pelo crescimento das cidades e do emprego industrial), trouxeram crescimento desordenado à

<sup>13</sup>. Barjas NEGRI, *A Nova Realidade Regional Brasileira: Dinâmica Recente e Distribuição Espacial da Atividade Industrial no Brasil*, p.77.

<sup>14</sup>. Wilson Cano trata das definições destes termos no texto *Concentración, Desconcentración y Decentralización in Brasil*.

<sup>15</sup>. FRICK, op.cit., cap.2.

capital paulista, que seria exacerbado nos anos setenta, com consequente saturação dos serviços de infra-estrutura e degradação da vida urbana. Os custos sociais e privados da aglomeração se elevariam, com a insuficiência de infra-estrutura básica e agravamento das carências sociais da população.

A localização no maior centro industrial, a proximidade do mercado consumidor, dos fornecedores e de um grande mercado de mão-de-obra passou a ser relativamente descompensado pelos crescentes custos de instalação, dos impostos e pela degradação ambiental. Junto a isso, cresceram as limitações à ampliação das plantas, devido à falta de espaço e encarecimento dos terrenos. No final dos anos setenta, a gradual retomada da atividade sindical se tornaria outro fator considerado negativo (embora menos importante) para a localização na RMSF, junto ao aumento das restrições ao uso industrial dos recursos, dados pela legislação ambiental mais rígida.

Ao longo da década de setenta discutia-se, a nível do Estado de São Paulo, a conveniência de uma política de descentralização, pois se chegara ao diagnóstico de que era necessário atenuar as disparidades regionais no espaço do Estado e promover o descongestionamento da área Metropolitana. A interiorização, proposta por sucessivos governos estaduais, foi a opção lógica encontrada, diante do



agravamento dos déficits de infra-estrutura urbana na área metropolitana. Dai a importância dos investimentos na estrutura rodoviária, que foi um dos principais fatores que beneficiaram a industrialização do interior, ao lado dos investimentos em abastecimento de energia elétrica, comunicações e outros.

Entre os anos sessenta e setenta houve suburbanização da indústria na área metropolitana e nos anos setenta o crescimento foi mais acentuado fora da RMSP. A **Tabela 4** mostra como evoluiu o pessoal ocupado e o número de estabelecimentos industriais no Estado de São Paulo, relacionando a RMSP com o total do Estado e o Município.

Na década de quarenta era marcante a concentração de estabelecimentos industriais na capital paulista. Nos anos cinquenta, a industrialização pesada favoreceu a desconcentração para os municípios em torno da capital, onde foram instaladas várias indústrias importantes. Ao longo do período considerado houve a tendência à redução dos estabelecimentos na cidade de São Paulo, em relação à RMSP. Quanto ao pessoal ocupado, a capital teve declínio em relação à RMSP, por todo o período.

TABELA 4

EVOLUÇÃO RELATIVA DO PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA E DO  
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS EM SP, RMSF E MSF (1940-1985)  
(Relacionados) (% sobre Região Base)

Estabelecimentos	1940	1950	1960	1970	1980	1985
MSF/RMSF	94,9	84,6	84,8	79,7	74,5	74,4
MSF/SP	34,3	29,5	40,2	40,6	39,8	39,4
RMSF/SP	36,1	34,9	47,4	51,0	53,5	53,0
Pessoal Ocupado						
MSF/RMSF	86,6	83,8	79,0	71,0	62,9	59,9
MSF/SP	52,9	51,5	55,8	49,7	40,3	37,1
RMSF/SP	61,1	61,9	70,7	70,0	64,0	62,0

Fonte: FIBGE, Censos Industriais, 1980 e 1985 e FRICK, op. cit.

A desconcentração está ligada a determinantes tanto de ordem política - pois foi possível graças à ação do Estado - como aqueles relacionados à dinâmica produtiva e ao crescimento econômico. As políticas de desconcentração puderam trazer resultados por contemplarem a ação direta do governo nos investimentos produtivos, como também por oferecerem melhoria da infra-estrutura e por darem incentivos subsídios e créditos especiais para favorecer a instalação de empresas em algumas localidades. Neste sentido, os anos setenta, por terem sido um período de prosperidade econômica, com disponibilidade de recursos e elevação dos investimentos, favoreceram este processo.

A maior atratividade de regiões fora do ESP pode ser atribuída também ao aumento da integração do mercado

nacional, expansão econômica e crescimento dos mercados regionais.

Quanto aos determinantes políticos, ao lado do rearranjo institucional, que favoreceu uma centralização decisória e de recursos a nível do governo federal, houve mudanças que alteraram a representação legislativa, beneficiando Estados menos populosos e reduzindo-a nos Estados em que havia mais oposição ao regime político<sup>14</sup>.

A criação de pólos industriais regionais com a implantação dos projetos contidos nos I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), resultou em desconcentração industrial. Este foi um dos objetivos dos PNDs, em função do projeto geopolítico da época e dos investimentos voltados para a complementação da substituição de importações.

O II PND foi o mais ambicioso e o que trouxe maiores resultados. Mesmo tendo sido parcialmente implantado, permitiu a substituição de importações de vários tipos de bens intermediários e impulsionou a indústria de bens de capital, pela ação direta do Estado (através das empresas estatais), ou indireta (pelo apoio financeiro às empresas privadas). Propunha-se a instalação de unidades e pólos industriais para a produção de insusmos básicos que, devido à necessidade de proximidade de fontes de matérias-primas

<sup>14</sup>. Idem, ibidem.

iriam localizar-se fora das áreas de maior concentração industrial no Sudeste - o que explica em parte esta desconcentração<sup>17</sup>.

Devido às suas características e seu porte, esses investimentos provocaram efeitos dinâmicos em outros setores industriais, além do que, as regiões em que foram implantados foram beneficiadas ex-ante pelos investimentos em infra-estrutura, como ferrovias, rodovias, energia elétrica. Foram desenvolvidos projetos em diversas áreas de produção de insumos industriais básicos (como petroquímica, papel e celulose, siderurgia, além do Pró-Alcool e investimentos em centros de pesquisa, material aeronáutico e bélico, etc (estes últimos preferencialmente instalados no Estado de São Paulo).

Ainda que tenha sido apoiado em uma estratégia discutível de retomada do crescimento - frente às mudanças que se faziam sentir no cenário financeiro internacional- os planos asseguraram crescimento generalizado de todos os segmentos da economia, capitaneados pelos setores de bens de capital e de consumo durável.

A Tabela 5 apresenta dados sobre a distribuição da indústria de transformação por Estados selecionados, entre 1970 e

<sup>17</sup>. Neste caso, o Nordeste foi beneficiado basicamente pelos investimentos no complexo petroquímico, a partir do pólo de Camaçari, na Bahia.

1990. Através destes dados podemos observar como caiu a participação dos Estados do Sudeste na localização industrial neste período, e como outras regiões tiveram crescimento. Este resultado é particularmente significativo para São Paulo, que passou de 56,1% do total da indústria de transformação em 1970 para 49,3% em 1990. O Sudeste perdeu participação, enquanto as demais regiões ampliaram-na. O Rio de Janeiro também teve significativa redução na participação na indústria nacional, enquanto Minas Gerais e Espírito Santo tiveram melhora. A Região Nordeste foi a que mais aumentou sua participação no total nacional (47,3%) entre 1970 e 1990, seguida pela Região Sul (45%).

TABELA 5

BRASIL, POR REGIÕES E ESTADOS SELECIONADOS  
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO  
(1970-1990) (%)

Brasil, Regiões e Estados Seleccionados	Ano				
	1970	1975	1980	1985	1990
Norte	0,8	1,2	2,4	2,5	-
Nordeste	5,7	6,6	7,5	8,6	8,4
Bahia	1,5	2,1	3,1	3,8	4,0
Pernambuco	2,2	2,2	1,9	2,0	1,8
Outros (NE)	2,0	2,3	2,5	2,8	2,6
Centro-Oeste	0,8	1,0	1,2	1,4	-
Sudeste	80,7	76,4	73,2	70,8	-
São Paulo	56,1	55,9	54,4	51,9	49,3
Minas Gerais	6,4	6,3	7,8	8,3	8,8
Rio de Janeiro	15,7	13,6	10,2	9,5	9,9
Espírito Santo	0,5	0,6	0,8	1,2	-
Sul	12,0	14,8	15,7	16,7	17,4
Rio Gde.do Sul	6,3	7,5	7,7	7,9	7,7
Santa Catarina	2,6	3,3	3,9	3,9	4,1
Paraná	3,1	4,0	4,1	4,9	5,6
Total do Brasil	100	100	100	100	100

Fontes: 1. FIBGE- Censos Industriais

2. FIBGE- Diretoria de Pesquisa, 1990, in NEGRI, op.cit.

Mesmo tendo reduzido sua participação no Valor da Transformação Industrial (VTI) do total brasileiro, o Estado de São Paulo continuou sendo o mais importante centro industrial brasileiro.

A desconcentração ocorreu também da RMSP para o interior paulista, que beneficiado por políticas específicas de atração de investimentos e pela melhoria de sua infra

estrutura, pôde atrair importantes indústrias, tornando-se na década de oitenta a segunda maior região fabril do país.

As medidas de incentivo às exportações tiveram fortes efeitos sobre alguns setores da agroindústria paulista. A dimensão do seu mercado consumidor e as interações industriais, fizeram com que no interior paulista se implantassem duas refinarias de petróleo, em torno das quais foram criadas plantas de vários ramos da indústria química. O Proálcool beneficiou muito o interior paulista, que possuía a agricultura mais moderna e o maior mercado de combustíveis. A implementação deste projeto intensificou o crescimento da agroindústria e das atividades técnico-científicas complementares à produção, assim como vários ramos industriais de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas. Destacaram-se também alguns pólos setoriais articulados a centros de pesquisa ou de produção, como é o caso das indústrias de equipamentos próximas às regiões produtoras de cana-de-açúcar, de informática e microeletrônica próximas dos centros de pesquisa, indústrias químicas próximas dos pólos de petroquímica, etc.

O crescimento industrial do interior paulista pode ser verificado pelos dados sobre a participação das regiões do Estado no PIB industrial do Brasil (Tabela 6). O ESP perdeu participação no produto industrial no período considerado. O mesmo se deu, com mais intensidade, na RMSP e no Município

de São Paulo, enquanto os demais municípios da RMSF aumentavam suas participações no PIB industrial. Já o interior de São Paulo ampliou seu percentual no PIB industrial, com destaque para as Regiões do Vale do Paraíba e Campinas.

**TABELA 6**  
PARTICIPAÇÃO DE SÃO PAULO E SUAS REGIÕES NO PRODUTO INDUSTRIAL DO BRASIL (1959-1987) (%)

ESP E PRINCIPAIS REGIÕES	PARTICIPAÇÃO NO PRODUTO IND. BRASIL				
	1959	1970	1975	1980	1987
ESTADO DE SÃO PAULO	55,6	58,2	55,9	53,4	51,0
REGIÃO METROPOLITANA	41,0	43,5	38,8	33,6	30,6
MUNICÍPIO DE S. PAULO	30,5	28,0	24,6	18,6	15,4
DEMAIS MUN. DA RMSF	10,5	15,5	14,2	15,0	15,2
INTERIOR DE SÃO PAULO	14,6	14,7	17,1	19,8	20,4
REGIÃO DA CAMPINAS	5,0	6,1	8,4	8,5	9,0
REG. VALE DO PARAIBA	1,1	1,9	2,3	2,9	3,4
REG. RIBEIRÃO PRETO	1,8	1,7	1,7	2,3	2,7
REG. SOROCABA	1,8	1,3	1,3	2,2	2,3
DEMAIS REGIÕES	4,9	3,7	3,4	3,9	3,0

Fontes: 1. FIBGE, Censos Industriais, 1950, 1970, 1975 e 1980.

2. Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. **Tabulação Especial do Valor Adicionado da Indústria de Transformação**, 1980.

Apud: Carlos Américo Pacheco e Maria de Fátima Araújo, "A Trajetória Econômica e Demográfica de São Paulo nas Décadas de 1970-1980".



No processo de desconcentração industrial, pode-se destacar<sup>10</sup>:

- nos períodos de crescimento industrial a desconcentração industrial foi mais intensa;

- não houve concorrência de outras localidades que afetasse os ramos industriais instalados na RMSF (com exceção dos ramos áudio e vídeo, instalados na Zona Franca de Manaus). Em certo sentido, pode-se falar em espraiamento da indústria;

- a descentralização se deu em função do que foi a matriz de investimentos na expansão dos anos setenta: o tipo de produção que cresceu (insumos básicos, bens intermediários, bens intensivos em recursos naturais) não poderiam mesmo ter sua produção expandida na RMSF;

- grande parte das indústria da RMSF realizou alguma forma de ajuste nos anos oitenta. Ainda que tenha tido um caráter passivo (ajustamento diante da recessão), significaram um ganho de produtividade, maior inserção no mercado externo e mudanças organizacionais no interior das empresas;

- em geral as empresas da RMSF, especialmente as que possuem

---

<sup>10</sup>. Carlos Américo FACHECO, *Antecedentes da Questão Regional Brasileira*.

plantas em outras localidades, procuraram se valer das vantagens existentes na localização próxima à metrópole e também aproveitar o que fosse possível de vantagens na localização em outras regiões, procurando assim racionalizar o modo de funcionamento da empresa;

-estratégias como *focalização* da produção, alteração do *mix* de produtos, mudanças organizacionais, foram primordialmente um modo de se adaptar à conjuntura desfavorável dos anos oitenta.

O crescimento na década de setenta acentuou a complementaridade industrial. A estrutura produtiva teve uma maior diferenciação, pois se apoiou em novas bases institucionais. As transformações deram à economia brasileira um caráter urbano-industrial, provocando significativas mudanças sociais. Houve o ingresso de crescentes contingentes de trabalhadores ao sistema produtivo, ampliando a massa de consumo e alterando o modo de vida da população, que passou a ser predominantemente urbana.

As políticas de desconcentração industrial, de certa forma se furtaram ao enfrentamento dos graves problemas originados pela concentração urbana e populacional na RMSP, preconizando a localização dos investimentos em outras regiões do país. O não enfrentamento de questões como a má

distribuição da renda e a destinação dos recursos públicos, reproduzem nas cidades emergentes os mesmos problemas das grandes metrópoles (especulação imobiliária, falta de moradias e de condições adequadas de saneamento, carência de serviços de saúde e educação públicas, etc.).

Quando se fala em perda de participação do Estado de São Paulo na produção industrial, deve ser ressaltado seu caráter relativo. Ela ocorreu principalmente em um momento de expansão generalizada da economia, pelas condições favoráveis de crescimento e em razão das políticas destinadas a intensificá-lo. O dinamismo da indústria paulista e a magnitude de seu mercado fizeram com que, apesar da perda de participação no produto, passasse por modernização e consolidasse o interior do Estado como a segunda área industrial mais importante do país.

As mudanças que têm ocorrido na indústria podem favorecer as localidades que concentram atividades econômicas diversificadas, pois há uma tendência à valorização das interações no *network* produtivo. Por outro lado, a evolução tecnológica amplia a liberdade espacial da produção - exceto em casos de forte condicionamento de fontes de matérias-primas, tornando menos relevantes fatores que antes determinavam a concentração espacial da produção. Cada vez mais existe a possibilidade da localização distanciada entre a produção e a administração da empresa, o que se torna

viável, com os novos meios de difusão da informação.

### **I.5 Desconcentração Industrial: Pesquisa Entre Indústrias da RMSP**

A desconcentração relativa, longe de propiciar um crescimento independente da área central, principalmente nas áreas mais próximas à capital, tem estreita relação com esta última, e a relocação pode ser atribuída em vários casos a uma fuga de custos - para as empresas que tem condições de proceder desta forma. Apesar de uma relocação das plantas industriais, a RMSP (principalmente a capital paulista), tende a concentrar os centros decisórios e de gestão das empresas.

Como exemplo das ocorrências de relocação havidas na indústria da RMSP, a FIESP realizou pesquisa<sup>19</sup> junto a 25 empresas (dos ramos de materiais de transportes(4), química(3), metalúrgica(1), fumo(1), bebidas(1), têxtil(6), borracha(1), material elétrico(5), papel e celulose(2) e produtos alimentares(3)) que realizaram mudanças locacionais nos anos oitenta, envolvendo a criação ou ampliação de 59 plantas industriais, com criação de 56.789 empregos diretos fora do Estado de São Paulo. Estas empresas realizaram

<sup>19</sup>. FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FIESP. Uma Análise das Alterações do Padrão Espacial da Indústria Brasileira nos Anos Oitenta.

estudos sobre a localização que duraram em média de 6 a 8 meses.

Esta pesquisa buscou apontar os fatores considerados importantes na decisão de mudança locacional. Quanto aos determinantes relacionados ao mercado de trabalho, a disponibilidade de mão-de-obra foi considerada o fator mais importante (57% das respostas), sendo importante também o seu menor custo e a existência das qualificações requeridas (porcentagem não especificada). 39,3% acharam importante a atividade sindical relativamente pequena na região em que se instalaram.

O fato de a mudança locacional afastar a indústria dos principais mercados consumidores e dos principais fornecedores não foi considerado tão importante (64,3% das respostas para compradores e 53,5% para fornecedores), embora os custos de transportes fossem alterar a alocação de fatores. Apesar de terem realizado mudança locacional, em todos os casos a administração das unidades transferidas permaneceu em São Paulo.

Importância grande ou decisiva foi atribuída a: - disponibilidade de energia elétrica (82,1%); - atratividade dada por incentivos fiscais federais e estaduais (74,9%); - facilidade de acesso rodoviário (75%); - facilidade de obtenção de água (57,1%); - existência de distrito

industrial (57,1%).

A reduzida importância dada ao item "condições adequadas de despejo dos resíduos industriais", indica a pouca preocupação dispensada aos problemas ambientais provocados pela atividade industrial. Para algumas empresas, o fato de a legislação ambiental ter se tornado mais restritiva em São Paulo pode ter influenciado na decisão de mudança locacional.

A influência do poder público foi considerado um fator muito importante, como pode ser visto pela importância dada a fatores que dependem de sua atuação.

Esta pesquisa não procurou os fatores que resultaram na saída do Estado, atendo-se aos que teriam pesado na localização em outras regiões.

Um enfoque a partir dos determinantes que pudessem apontar para as razões de uma localização desconcentrada poderiam comprovar, mesmo que para uma pequena amostra, as hipóteses sobre as desvantagens da aglomeração. As conclusões desta pesquisa são que a atratividade dos locais escolhidos não se baseia em fatores econômicos como diferenciais de custos (já que há redução de alguns e aumento de outros), ou a mercados em ascensão, mas sim a incentivos creditícios e subsídios, que no entanto, são considerados responsáveis por distorcerem a alocação de recursos, afetando as condições

reais de competitividade entre as localidades.

Neste sentido, é proposto que o ESP defina uma política industrial que neutralize o "viés locacional" provocado pelos incentivos dados pelos outros Estados. Chega a ser proposto que "...o ESP deveria oferecer as mesmas vantagens tributárias que as oferecidas por outros Estados, dada a grande importância de São Paulo para atrair investimentos industriais", o que provocaria a criação de uma política uniforme de incentivos, evitando a distorção na alocação dos recursos.

Uma tal proposição parece desconsiderar as vantagens para a indústrias existentes em São Paulo - a despeito de possíveis fatores geradores de deseconomias de aglomeração. Vale notar que, os subsídios e incentivos oferecidos por outros Estados, ao contrário de São Paulo são, como esta pesquisa mesmo comprova, o principal trunfo destes para atrair as indústrias.

## **Capítulo II: Década de Oitenta: Impactos da Crise na Indústria e Crescimento do Setor Terciário**

### **II. Introdução**

Este capítulo pretende mostrar como a recessão da década de oitenta afetou a indústria de transformação, pela redução do produto e emprego, tanto a nível nacional como do Estado de São Paulo e, com mais intensidade, a RMSP.

No primeiro item veremos como o padrão de crescimento da década de setenta acumulou desequilíbrios, que iriam manifestar-se na década de oitenta.

O item 2 mostrará como o Estado de São Paulo, com a maior concentração industrial do país, seria afetado pela perda de dinamismo do setor secundário e redução do emprego na indústria de transformação.

No item 3 veremos que o maior impacto da crise deu-se no setor de bens de capital, que concentrava a maior parte da produção industrial da região no início da década e tem grande concentração na RMSP. Com a redução do emprego industrial, o setor terciário teve maior crescimento relativo, compensando de certo modo a crise do mercado de trabalho e dando dinamismo à economia metropolitana.



## **II.1 A Economia Paulista na Década de Oitenta: Efeitos da Crise Sobre a Indústria**

Após um período de vigorosa expansão, com a implementação do II PND (complementando a industrialização brasileira, com investimentos na indústria de bens de capital, petroquímica, insumos básicos e infra-estrutura), no início dos anos oitenta a conjuntura internacional desfavorável e os desequilíbrios acumulados pelo processo de desenvolvimento anterior (principalmente no que se refere ao seu modo de financiamento), interromperam a expansão econômica<sup>1</sup>.

A década de oitenta não teve uma tendência econômica única, pois apesar da recessão no início e final do período e da redução das taxas de crescimento em todos os setores, houve um breve período de recuperação, entre 1984 e 1986. A instabilidade, a inflação crônica e ascendente e as sucessivas tentativas de estabilização, através de planos econômicos, marcaram a década. Houve perda de dinamismo da economia, e um fraco desempenho em todos os setores, especialmente da indústria de transformação, que cresceu somente 3,8% entre 1980 e 1990, com acentuada redução do emprego industrial na PEA.

O ano de 1979 marcou o início da crise. A elevação dos juros

---

<sup>1</sup>. FSEADE, **A Economia Paulista na Década de Oitenta**, ago/1990.

internacionais e o segundo choque do petróleo assinalaram uma paralisação momentânea dos mercados financeiros e o início de um período de recessão, inclusive para os países desenvolvidos. Para os países em desenvolvimento a situação externa tornou-se particularmente crítica, em razão das vultosas dívidas contraídas no sistema financeiro internacional na década de setenta. A partir daí se iniciaria um penoso processo de "ajuste" econômico destes países, que se prolongaria por toda a década de oitenta.

Este ajustamento significou basicamente inverter a direção do fluxo de capitais internacionais: de receptores, estes países passaram a desembolsar capitais para pagamento do serviço da dívida externa<sup>2</sup>, o que implicou na implementação de políticas econômicas extremamente rígidas, com suas principais metas voltadas para resolver o problema do Balanço de Pagamentos, ocasionando recessão, instabilidade e crises sociais.

Essa situação se refletiu de maneira particularmente

---

<sup>2</sup>. Até a quase impossibilidade, quando então recorriam ao FMI para iniciar negociações, que incluíam um virtual monitoramento da política econômica dos países devedores por parte do Fundo. Os países devedores assumiam compromissos (formalizados por Cartas de Intenções) quanto ao desempenho das Contas Nacionais, volumes de reservas, gastos do governo, etc. Há uma vasta literatura a respeito deste período, da crise da dívida externa no países em desenvolvimento e das negociações da dívida brasileira. Entre estes, Argemiro Jacob BRUM *O Brasil no FMI*, 1984 e Paulo Nogueira BATISTA JUNIOR, *Da Crise Internacional à Moratória Brasileira*, 1988.

negativa para o Brasil, detentor de uma das maiores dívidas externas entre os países em desenvolvimento. A recessão internacional e o aumento dos encargos financeiros da dívida acumulada abriram caminho para uma grave crise cambial<sup>3</sup>. Em 1980 a política econômica iniciaria um severo ajuste recessivo<sup>4</sup>. O pagamento da dívida externa foi priorizado e foram adotadas medidas com o sentido geral de reduzir a demanda interna e gerar excedentes exportáveis, melhorando assim a disponibilidade de divisas.

Desde o final de década de setenta os instrumentos de política econômica, que procuravam favorecer a captação de recursos no exterior, fizeram com que seus encargos recaíssem cada vez mais sobre o setor público. O favorecimento ao setor exportador afetava o governo por dois lados: pelos subsídios concedidos e pelas pressões sobre o Banco Central, devido à necessidade de aquisição dos saldos da balança comercial, financiados com títulos da dívida pública<sup>5</sup>. As formas de gestão das dívidas externa e interna provocaram o esgotamento financeiro do setor público, afetando sua capacidade de investimento.

---

<sup>3</sup>. Começaram na época a vir a tona muitas dos termos dos contratos de dívidas, que agora pareciam impossíveis de serem cumpridos. Entre outras coisas, grande parte dos contratos estabelecia juros flutuantes para as dívidas.

<sup>4</sup>. Entre as medidas, pode-se destacar redução dos gastos públicos e da liquidez na economia, elevação das taxas de juros, ajuste fiscal e tarifário.

<sup>5</sup>. Ricardo CARNEIRO **A Economia Brasileira nos Anos Oitenta: Cenários Alternativos de Crescimento e seus Principais Constrangimentos.**

O atrelamento da política econômica ao fechamento do Balanço de Pagamentos e as medidas voltadas à obtenção de superávits comerciais, provocaram uma forte recessão, que se prolongaria pelos primeiros anos da década.

A partir de 1984 iniciou-se a recuperação, ditada sobretudo pelo desempenho do setor exportador e que seria reforçada pelos efeitos expansionistas provocados pela implementação do Plano Cruzado (1986). A partir 1987 a economia voltaria a ter desaquecimento, com o recrudesimento da crise até o final do decênio.

Um panorama geral dos anos oitenta é dado pela evolução do PIB (Tabela 7). O início da década foi de forte recessão, especialmente o ano de 1981. Houve queda dos níveis de produção entre 1981 e 1983 e recuperação entre 1984 e 1987, e a partir de 1987, tendência à desaceleração, que culminaria com forte recessão em 1990. A recuperação se daria principalmente entre 1984 e 1986.

**TABELA 7**

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) VARIAÇÃO PERCENTUAL  
BRASIL (1981-1990)

---

1981	-4,5
1982	0,5
1983	3,5
1984	5,3
1985	7,9
1986	7,6
1987	3,6
1988	-0,1
1989	3,3
1990	-4,4

---

Fonte: FIBGE.

A crise da década de oitenta manifestou-se de modo mais intenso no setor secundário, tanto na indústria de transformação quanto na construção civil.

A Tabela 8, com dados sobre o emprego por setores de atividade no Brasil, mostra que os índices de emprego acompanharam as flutuações do produto, com baixo crescimento em todos os setores nos anos oitenta. No início da década, com a recessão, houve queda generalizada dos índices de emprego, em especial na construção civil, acompanhada pela indústria de transformação, ao passo que os ramos do terciário tiveram menor declínio. A indústria extrativa mineral também teve comportamento semelhante à da indústria de transformação, mas com menor crescimento do emprego ao longo do período (3,05%). A construção civil teve forte queda nos índices de nível de emprego (-35%) e a indústria de transformação, -17,2%. Já os ramos do setor terciário

variaram positivamente seus índices. O comércio manteve-se quase estabilizado. Serviços cresceu 13,0% e Administração Pública ampliou significativamente seus níveis de emprego, com variação de 44,5% nos índices ao longo do período.

**TABELA 8**

ÍNDICES DE NÍVEL DE EMPREGO, POR SETORES DE ATIVIDADE  
BRASIL (1980-1990)

	1981	1983	1985	1987	1989
Extrativa Mineral	95,0	89,2	98,6	98,0	97,9
Ind. de Transf.	90,2	83,6	96,3	102,5	106,1
Construç. Civil	98,3	62,1	63,8	63,0	63,7
Comércio	95,1	89,5	91,7	92,4	96,7
Serviços	99,1	95,6	103,2	106,6	112,4
Administ. Públ.	106,2	116,0	132,8	148,9	153,5
Total	97,1	94,0	103,2	108,0	112,7

Fonte: RAIS - MTb - Painel Fixo (1980-88).

Apud: DEDECCA e FACHECO, op. cit.

A indústria acompanhou as flutuações da economia nacional. A Tabela 9 mostra o impacto da recessão sobre a indústria do Estado de São Paulo. O nível das atividades declinou na recessão do início da década (1981-83), acompanhado de forte declínio do nível de utilização da capacidade instalada e do pessoal ocupado. A recuperação em meados da década elevaria o nível de atividades e o pessoal ocupado. A estabilização do INA até o final da década não resultou em aumento do pessoal ocupado, que permaneceu nos mesmos níveis do início da década.

**TABELA 9**

INA, NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE, NÍVEL PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA - ESP (1980-1989)

ANO	INA	NÍVEL UTIL. CAPACIDADE	NÍVEL PESSOAL OCUPADO
1980	100,0	84,4	100,0
1981	91,5	79,0	98,1
1982	92,0	76,1	88,5
1983	89,5	73,2	81,5
1984	96,3	74,0	81,7
1985	107,1	76,5	88,4
1986	120,1	80,5	97,2
1987	119,2	88,8	99,2
1988	118,9	80,1	97,3
1989	119,9	80,0	98,5

Fonte: FIESP.

A indústria de transformação, que detinha 45,4% do PIB do Estado de São Paulo em 1980, passou a 37,9% em 1988<sup>6</sup>. O Valor da Transformação Industrial (VTI) do Brasil cresceu 7,8% entre 1980 e 1989, enquanto o VTI do Estado de São Paulo cresceu apenas 1,6%. Os níveis do VTI dos demais Estados mostra a continuidade do processo de desconcentração relativa da produção industrial, com menor crescimento do VTI paulista. O VTI do Rio de Janeiro cresceu 6,3%, Minas Gerais 17,3%, Região Nordeste 11,8% e Região Sul 14,6%<sup>7</sup>.

O interior do ESP teve melhor desempenho que a RMSP, pois se beneficiou de investimentos da década anterior e do incentivo dado às exportações de produtos agroindustriais<sup>8</sup>.

Por isso teve menor perda de empregos na indústria.

<sup>6</sup>. FSEADE, op.cit..

<sup>7</sup>. FIBGE, Produto Industrial 1980/1989.

<sup>8</sup>. FSEADE, 1990, op.cit..





O setor terciário se expandiu também nos aglomerados urbanos do interior do Estado. Esta expansão deu-se principalmente nas cidades médias, que por já contarem com um mercado e uma estrutura econômica mínimos, receberam empreendimentos do setor terciário existentes na metrópole (como redes de comércio varejista, shoppings, etc). As maiores interações entre agricultura e indústria - devido ao crescimento da mecanização e uso de insumos químicos - promoveu a ampliação da rede de distribuição e comercialização de insumos e máquinas, além de serviços técnicos e de financiamento<sup>7</sup>.

Entre os fatores que contribuem para o crescimento do setor terciário, são apontados<sup>10</sup>:

- os impactos do desenvolvimento da agricultura;
- o surgimento de novos requerimento terciários, em função das maiores interações agricultura-indústria;
- o processo de industrialização, que amplia a demanda por serviços de apoio;
- o processo, relativamente autônomo, da urbanização, com aumento da população.

O aumento da produção no terciário no Estado de São Paulo, pode ser visualizado na **Tabela 11**. Enquanto a indústria perdia participação, a agropecuária teve um discreto

<sup>7</sup>. Wilson CAND e Ulisses SEMEGHINI, **Diagnóstico do Setor Serviços**.

<sup>10</sup>. CAND e SEMEGHINI, op.cit.

crescimento e o Terciário ampliou em 9,9% sua participação no PIB do Estado entre 1980 e 1990.

**TABELA 11**

PIB POR SETORES DE ATIVIDADE  
ESTADO DE SÃO PAULO (1980/1990) (%)

SETORES DE ATIVIDADE	PARTIC. (%)	
	1980	1990
AGROPECUARIA	3,3	3,9
INDUSTRIA	47,5	42,1
SERVIÇOS	49,2	54,1

Fontes: FIBGE e FSEADE.

### II.3 A Economia da RMSP na Década de Oitenta

Os períodos de recessão durante a década de oitenta atingiram profundamente a RMSP, que concentra a indústria de bens de capital e de consumo durável. Estes ramos acompanharam mais diretamente as alterações conjunturais da economia foram muito afetados pela queda dos investimentos e redução do gasto público.

A concentração das indústrias de bens de capital e de consumo durável pode ser observada na **Tabela 12**. Os dados mostram que a região tinha maior participação no ramo de bens de capital no início da década, e esta participação foi reduzida no final do período, o que neste caso significa redução do Valor Adicionado, enquanto crescia a participação

dos ramos de bens intermediários e de consumo não-durável.

**TABELA 12**

ESTRUTURA INDUSTRIAL E PARTICIPAÇÃO DOS RAMOS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, NO TOTAL DO VALOR ADICIONADO ESP (1980/1989)

GENÉRIOS/USO FINAL	1980(%)	1989(%)
BENS DE CAPITAL/ DURAVEIS	38,26	36,41
Material de Transportes	13,50	13,78
Material Elétrico	12,47	10,37
Mecânica	8,43	7,68
Diversos	3,87	4,57
BENS INTERMEDIÁRIOS	37,84	39,22
Metalurgia	14,37	12,69
Química	10,87	11,27
Minerais Não-Metálicos	3,48	3,03
Papel e Papelão	3,17	4,43
Matérias Plásticas	3,71	5,13
Borrachas	1,62	2,17
Madeira	0,47	0,32
Couros e Peles	0,15	0,19
CONSUMO NÃO-DURÁVEL	23,89	24,37
Alimentícios	4,17	4,96
Têxtil	6,02	5,14
Farmacêuticos	3,87	3,32
Vestuário e Calçados	3,97	3,97
Bebidas	0,66	0,83
Mobiliário	1,39	1,06
Editorial e Gráfico	2,38	2,91
Prods. Animal e Vegetal	0,65	0,24
Fumo	0,28	1,57
Outras Indústrias	0,51	0,37
Total	100,00	100,00

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

A recessão alterou a composição setorial do emprego na RMSP.

Os dados sobre a composição setorial das ocupações indicam que houve mudanças sensíveis em sua estrutura no decênio.

Mostram a queda no emprego, principalmente na indústria de transformação, mas também na construção civil, tal como

ocorreu com o emprego no Brasil. A contrapartida disto foi o crescimento relativo do setor terciário.

Enquanto o terciário tendeu a aumentar sua participação na PEA no início da década, houve queda no emprego industrial, com relativa estabilização de sua participação no total até o final do período. Já o terciário ampliou sua participação entre os ocupados, principalmente nos momentos em que a indústria declinava. Deve-se notar que o momento de recuperação das ocupações na indústria correspondeu a um ligeiro declínio da participação do terciário (1987)(Tabela 13).

Houve significativo crescimento das ocupações no Comércio entre o início e o final do período considerado (10,7%) e também nos Serviços (5,7%). As atividades de apoio à produção tiveram um excepcional crescimento dos ocupados (37%); o que pode ser explicado pela tendência à externalização dos serviços das empresas.

TABELA 13

DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS, SEGUNDO SETORES E RAMOS DE ATIVIDADE RMSP (1981-1990)

SETOR E RAMOS	DISTRIBUIÇÃO DE OCUPADOS				
	1981	1983	1985	1987	1990
TOTAL	100	100	100	100	100
PRIMARIO	0,76	0,52	0,58	0,60	0,43
Agricultura	0,76	0,52	0,58	0,60	0,43
SECUNDARIO	42,71	39,05	38,59	39,79	38,31
Ind.(exceto constr)	35,81	32,08	32,79	33,62	32,06
Indústria de Constr	6,90	6,98	5,80	6,17	6,25
TERCIARIO	56,53	60,43	60,83	59,61	61,25
Comércio	13,07	12,88	13,91	14,2	14,47
Serviços	17,45	19,82	19,33	18,11	18,37
Serv.Aux.Ativ.Econ.	4,51	4,76	4,36	5,25	6,18
Outras Ativ. (1)	21,50	22,97	23,23	22,03	22,22

Fontes: FIBGE e FSEADE.

(1) Inclui Transportes e Comunicações, Serviço Social, Administração Pública e Outras Atividades.

Assim como nas economias industrializadas, o terciário transformou-se no principal responsável pela geração de empregos, frente aos outros setores. O setor tem, em grande medida, um comportamento reflexo, sendo influenciado pelas demandas dos setores primário e secundário, absorvendo parcelas da mão-de-obra nos momentos de crise. Quando a recessão atinge a indústria e a construção civil, o terciário promove alguma compensação, expandindo o emprego em atividades de menor remuneração.

Há características peculiares do setor que explicam em parte seu forte crescimento e um possível "inchamento" que lhe foi

atribuído nos momentos de rápida expansão econômica. Nos países em desenvolvimento é característico do setor ser trabalho-intensivo e ocupar mão-de-obra pouco qualificada, com baixa remuneração. Assim, absorve parte da PEA urbana que não consegue ser empregada na indústria mesmo nos períodos de maior crescimento, e nos momentos de crise serve como "amortecedor" do desemprego.

Contrariamente à década anterior, marcada pela mobilidade social, na década de oitenta a estagnação econômica impediu a largas camadas da população, o acesso ao mercado de trabalho e à obtenção de renda. A elevação do desemprego e queda nos níveis salariais realimentou a crise.

O setor terciário tem peculiaridades nas grandes aglomerações urbano-industriais, como é o caso da cidade de São Paulo, onde tende a ser mais diversificado e amplo, devido à existência de mercados mais segmentados e dinâmicos.

A capital paulista é um importante centro decisório, por concentrar as sedes administrativas das empresas e também o principal centro financeiro do país, em termos de movimentação bancária, número de agências e sedes de bancos<sup>11</sup>. Possui uma importante rede de comunicações e

---

<sup>11</sup>. Helena Kohn CORDEIRO, **Os Principais Pontos de Controle da Economia Transacional no Espaço Brasileiro.**

transmissão de dados, além de ser um centro cultural e científico. A magnitude de seu mercado consumidor faz com que ofereça os mais variados serviços, pessoais e empresariais.

Na capital também se concentram importantes ramos de atividades complementares à produção (publicidade, consultorias, informática, etc), com projeção nacional<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup>. Idem, ibidem.

## Capítulo III : Terciário Geral

### III. Introdução

Neste capítulo iremos apresentar considerações gerais sobre o setor terciário. O primeiro item vai tratar das classificações do setor. No segundo item será abordada a questão de sua complementaridade com a industrialização e com o processo de urbanização, bem como algumas teorias sobre as razões de seu crescimento relacionadas à etapas de desenvolvimento dos países.

O terceiro item mostrará como o desenvolvimento do terciário se relaciona à própria evolução dos processos e da divisão do trabalho no modo de produção capitalista. No item quatro, mostraremos alguns aspectos da discussão sobre a produtividade no setor.

Por fim, no último item discorreremos sobre alguns aspectos do crescimento do setor, relacionados ao atual processo de modificações por que vem passando a produção de bens.

#### III.1 Classificações do Setor Terciário

O terciário é um agrupamento de atividades muito heterogêneo, seja da ótica da demanda, das tecnologias empregada, dos serviços oferecidos, tipologia dos ocupantes,



grau de concorrência dos mercados e integração com o restante do sistema produtivo.

O setor terciário compõe-se, das atividades de Comércio, Serviços, Transportes, Administração Pública, Ensino, Serviços Financeiros e mais um ampla gama de atividades.

Há várias propostas de classificações possíveis para o setor, caracterizado por grande heterogeneidade<sup>1</sup>. Comporta apoio à produção material (em ramos como financeiro/bancário, comércio, transportes, etc) e atividades imateriais (justiça, educação, saúde), além de serviços pessoais de vários tipos. Pode ser dividido também entre consumo funcional e consumo pessoal<sup>2</sup>.

Existem serviços em todos os setores produtivos. Realizados dentro das atividades primárias ou secundárias, são frequentemente retratados como *intermediários*, utilizados no processo produtivo e integrando o valor agregado destes setores. Diferente destes, há também os serviços voltados para o consumo final (*consumer services*). Os serviços complementares (como comércio, transportes, serviços

<sup>1</sup>. Wilson CAND et alii, **O Processo de Urbanização Paulista no período 1970-1989**.

<sup>2</sup>. Nas Contas Nacionais, a base de classificação é a renda gerada. Divide-se em: Comércio, Transportes, Comunicações, Instituições Financeiras, Administração Pública, Aluguéis, Serviços (Atividades Sociais, Pessoais, Apoio à Produção, Domésticos). Consideram-se os Serviços atendendo às empresas e famílias, indistintamente. Nos Censo e pesquisas domiciliares, a avaliação do setor se dá pelo emprego.

financeiros) relacionam-se à distribuição dos bens, serviços técnicos, etc, e crescem com o processo de industrialização.

Em certos casos, é difícil separar serviços intermediários dos serviços finais, porque muitos destes atendem tanto a empresas como a consumidores finais (como os serviços financeiros, de comunicação, etc). O crescimento do consumo de certos bens faz crescer serviços complementares (por exemplo, a produção de certos bens duráveis faz crescer as redes de distribuição, assistência técnica, reparos, etc).

Algumas características são em geral atribuídas a vários ramos do setor: intangibilidade (como os serviços de justiça, simultaneidade entre produção e consumo, impossibilidade de estocagem (como grande parte dos serviços pessoais ou outros como ensino, etc).

Lipietz<sup>3</sup> classifica o terciário em *externo*, onde estão seus ramos e atividades propriamente ditos (como o comércio, serviços, ensino) e *interno*, que se desenvolve no interior do próprio setor, mas também existe nos setores primário e secundário (como serviços administrativos, de apoio ao funcionamento das empresas, etc.).

Contribui para o crescimento do setor a tendência para a mercantilização dos serviços antes providos pela atividade

<sup>3</sup>. Allain LIPIETZ. *O Capital e Seu Espaço*, p.179.

doméstica. Alguns tipos de serviços tiveram maior crescimento anterior à industrialização e declinaram com ela (por exemplo, os serviços que foram substituídos por bens duráveis domésticos), respondendo ao impacto da industrialização e das mudanças sociais<sup>4</sup>.

### III.2 Complementaridade com o Crescimento Industrial

O setor terciário geralmente contribui com grande parte da renda e do emprego e é responsável por uma significativa parcela do PIB nos países industrializados. Apresenta também um alto grau de complementaridade com o crescimento do setor secundário e uma evolução oposta ao do setor primário, que tende a reduzir sua participação relativa no PIB, enquanto pelo próprio crescimento da urbanização, o setor terciário tende a crescer.

Entre os fatores responsáveis pelo crescimento do setor terciário estão:

- a expansão industrial exige a ampliação de uma série de serviços técnicos, econômicos, financeiros e de apoio;
- a força de trabalho a ser empregada na produção industrial e o modo de vida urbano-industrial exigem a estruturação

<sup>4</sup>. Para Gershuny, a expansão havida no pós-guerra relaciona-se à substituição de serviços por bens, com tendência ao surgimento de uma economia de self-service. Antonio Carlos MACEDO E SILVA **Reestruturação da Indústria a Nível Internacional e Inserção do Brasil**, pp.30-2.

atividades de apoio à produção e reprodução da força de trabalho (educação, saúde, transporte e lazer);

- o terciário recebe impacto da modernização da agricultura, representada pelo maior uso de mecanização e de insumos químicos, do crescimento da demanda por serviços de comércio, distribuição, financiamento, técnicos e também das maiores integrações entre agricultura e indústria;

- a urbanização, que altera o modo de se prover a subsistência e necessidades pessoais e familiares da população. Exige-se, de modo ampliado, serviços de transporte, alimentação fora do lar, abastecimento, etc.

- a ampliação da oferta de produtos industriais aumenta sua incorporação no consumo da população, substituindo as formas tradicionais de prover as necessidades da população.

O crescimento urbano e industrial sempre foi acompanhado por um declínio relativo do setor primário. Existem análises segundo as quais em um primeiro momento haveria nos países um desenvolvimento essencialmente agrícola ou primário, depois viria a época de apogeu industrial e em seguida se consolidaria o período pós-industrial, em que o setor terciário teria predomínio.

A teoria Fischer-Clark<sup>9</sup> define etapas de desenvolvimento: o

---

<sup>9</sup>. Fischer formulou (em 1935) a classificação das atividades econômicas entre Primário, Secundário e Terciário (que abrigaria as atividades fora daquelas tradicionalmente analisadas pelos economistas (agricultura e indústria)).

crescimento da indústria e a elevação da renda *per capita* teriam como consequência o aumento do emprego e elevação da produção devidos ao terciário. A proposição básica do modelo diz que quanto mais "desenvolvido" o país, maiores parcelas do produto e emprego caberiam ao terciário. Esta formulação, relacionando o crescimento do terciário ao nível de renda, foi aos poucos se tornando uma teoria generalizada de desenvolvimento econômico. A participação dos três setores no produto total dos países determinaria seu grau de desenvolvimento econômico. Assim, o atual crescimento do terciário seria indicativo da etapa pós-industrial. Porém, esta visão do desenvolvimento econômico desconsidera os processos históricos nacionais<sup>6</sup>.

Para alguns autores porém, a relação entre elevação da renda *per capita* e aumento do consumo de serviços poderia se remeter apenas a alguns tipos de serviços, como educação e entretenimento, já que eles adquirem um caráter de consumo de massas quando há elevação da renda e do tempo de lazer - o que é proporcionado pelo maior desenvolvimento<sup>7</sup>.

Ao se correlacionar a elevação do nível de renda dos países, com a elevação da participação do terciário no produto, ou seja, ao se atribuir *a priori*, o crescimento do terciário à elevação do consumo de bens e serviços, de certo modo se

---

<sup>6</sup>. MACEDO E SILVA, *op.cit.*, pp.4-7.

<sup>7</sup>. MACEDO E SILVA, *op.cit.*, pp.8-9.

está desconsiderando a importância do crescimento dos serviços intermediários, que teriam sua dinâmica de crescimento determinada pela produção de bens industriais, de apoio à produção ou que são a ela complementares.

As teorias mais recentes questionam as etapas de desenvolvimento, através de evidências como a de que a participação dos serviços nos países de industrialização recente é bem alta, tal como ocorre nos países desenvolvidos. Daí não se poder relacionar diretamente emprego no terciário e grau de desenvolvimento econômico nacional. Porém, é certo que o crescimento do terciário nos países em desenvolvimento obedece a determinações diversas das que predominam nos países desenvolvidos<sup>9</sup>, ligadas ao seu peculiar processo de industrialização e conformação do mercado de trabalho.

Nos países de industrialização tardia, a indústria não foi capaz de absorver completamente a mão-de-obra que afluía para os centros urbanos, o que acabou conformando um setor informal numeroso deixado à margem do mercado de trabalho formal.

Os constantes fluxos migratórios rural-urbanos, que

<sup>9</sup>. Basicamente, pode-se dizer que nos países desenvolvidos tem forte peso o terciário "moderno" e de apoio à produção (*producer services*), enquanto nos países em desenvolvimento, o terciário tem um papel importante por abrigar grande parte do setor informal.

acompanharam a urbanização e o crescimento da indústria nos países em desenvolvimento, geraram excedentes não absorvidos pelo mercado de trabalho. Nas atividades menos organizadas, dos ramos mais tradicionais do terciário (comércio e serviços), alocaram-se as parcelas da mão-de-obra que não puderam ser absorvidas pela indústria e que encontram no setor saída para o desemprego, mesmo permanecendo fora do mercado formal.

Após a Segunda Guerra Mundial, acompanhando a expansão econômica, houve um crescimento acentuado do terciário, junto aos processos de acumulação e valorização do capital industrial. Ao lado das atividades industriais, cresceram as funções de apoio à produção e à estrutura urbana, também em grande parte devido à expansão generalizada da atuação do Estado na maior parte dos países<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup>. A constituição do mercado de consumo massas, típica da expansão havida no pós-guerra nos países desenvolvidos, também favoreceu a expansão do terciário.

**TABELA 14**

EMPREGO POR SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA

PAÍSES SELECIONADOS (1979) (% SOBRE O TOTAL)

PAÍSES	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
<b>DESENVOLVIDOS</b>			
Alemanha Ocidental	6,2	36,4	57,3
Itália	14,8	27,7	57,4
Japão	11,2	24,5	64,3
EUA	3,6	23,6	72,8
<b>EM DESENVOLVIMENTO</b>			
Bolívia	43,9	14,9	41,2
Chile	16,8	19,0	64,2
Colômbia	1,4	26,1	72,5
Peru	40,3	18,0	41,8
Venezuela	15,4	17,7	66,9
<b>LESTE EUROPEU*</b>			
Alemanha Oriental	4,3	45,2	50,5
Hungria	21,9	33,6	44,3
Polônia	30,1	29,3	40,7
União Soviética	20,5	29,4	50,1

Fonte: Internacional Labour Office, Year Book of Labour Statistics, 1981. Apud: MACEDO E SILVA, op.cit., Tabela 12.

\* Os dados são anteriores aos processos de mudanças políticas nos países do Leste Europeu no final da década de oitenta.

Como pode ser observado nesta amostra (**Tabela 14**), em grande número de países em desenvolvimento o emprego terciário respondia por mais da metade do total do emprego (assim como nos países desenvolvidos). Em todos os grupos observou-se grande presença do emprego terciário, mas os países em desenvolvimento apresentaram relativamente maior percentual de emprego na agricultura em relação a outros grupos de países. Os países do antigo bloco do Leste Europeu pareciam possuir uma distribuição equilibrada de empregos entre os três setores (com exceção da Alemanha Oriental, em que o



emprego praticamente se distribuía entre terciário e secundário) e possuíam maior percentual de empregos industriais entre os grupos selecionados.

Entre os países desenvolvidos (bastante representativos do grupo), observa-se forte presença do emprego terciário no total das ocupações e baixa presença relativa de empregos no setor primário. Como pode ser observado, é pouco apropriado tomar-se o emprego no terciário como indicador do nível de desenvolvimento.

As modificações relacionadas ao crescimento do setor terciário, manifestam-se principalmente no emprego. "Tanto é assim que a expressão "economia de serviços" é normalmente aplicada a economias nas quais o emprego no setor serviços responde por mais da metade do total"<sup>10</sup>. Por este critério, no início da década de oitenta a quase totalidade dos países da OCDE converteu-se em "economias de serviços".

### III.3 A Divisão do Trabalho e o Terciário

O crescimento do terciário é também uma manifestação da tendência geral de desenvolvimento do processo de trabalho capitalista, em que há um contínuo aprofundamento de sua divisão e parcelização<sup>11</sup>. A importância dos serviços

<sup>10</sup>. MACEDO E SILVA, op.cit., p.58.

<sup>11</sup>. A maior complexidade do trabalho coletivo se dá em oposição a um enfraquecimento da força produtiva individual.

relaciona-se ao desenvolvimento do processo social de produção. O trabalho é cada vez mais subdividido, gerando um grande número de novas ocupações, independentemente da qualificação das mesmas.

Ao mesmo tempo, a racionalização do sistema econômico separou os processos de produção das atividades de manutenção das estruturas sociais, o que também contribui para o crescimento de atividades classificadas como terciárias - que neste caso incluem primordialmente atividades exercidas pelo Estado. "A idéia é que os serviços são essenciais para a própria constituição do tecido social, assim como para o bem estar da comunidade(...)"<sup>12</sup>.

O trabalho terciário amplia sua participação no sistema produtivo devido a:

- separação crescente entre atividades intelectuais e manuais;
- crescimento das atividades de apoio à produção fora do setor secundário;
- crescimento de um setor de atividades sociais destinado a favorecer as condições gerais de acumulação, seja dotando o sistema de infra-estrutura, seja apoiando a estruturação da força de trabalho (através do ensino, saúde, etc);

<sup>12</sup>. O processo de reprodução social tem duas funções básicas: - satisfação das condições físicas de sobrevivência (atividades econômicas e produtivas); - atividades de manutenção das formas institucionais para pleno exercício das funções acima. MACEDO E SILVA, op.cit, p.9.

- participação do Estado no sistema produtivo, seja pela regulação ou por suas atividades típicas (justiça, segurança, etc).

O desenvolvimento do processo produtivo aumenta a separação entre as funções de concepção e execução do trabalho, e portanto, uma divisão do trabalho entre intelectual e manual no interior do sistema econômico. Sendo o terciário tipicamente caracterizado por atividades não manuais (diferentemente das do operário da indústria), sanciona uma outra divisão social do trabalho: o trabalhador do terciário não é um operário e se situa entre as "classes polares" do modo de produção capitalista. Neste sentido "entrar no terciário (...) é um meio de permanecer nas "camadas médias" mesmo se tornando um assalariado"<sup>13</sup>.

O desenvolvimento capitalista, com sua tendência à cooperação e ao mesmo tempo, à parcelização dos diferentes trabalhos, substitui o terciário tradicional dos profissionais autônomos, pelos trabalhadores do terciário "moderno", assalariado.

---

<sup>13</sup>. Neste sentido, o autor aponta o aspecto de fator de estabilização exercido pelo Terciário, já que o trabalhador nele incorporado, por não ser sociologicamente um operário, pode ser mais facilmente convencido de que está "ao lado do poder". Allain LIPIETZ, **O Capital e Seu Espaço**, p.189.

### III.4 Produtividade no Setor Terciário

A importância do terciário, mais do que qualquer outro aspecto, manifesta-se no aumento no número de ocupados no setor. Alguns autores explicam este crescimento relativo do emprego à existência de um gap de produtividade no terciário. Sua produtividade cresceria menos que nos outros setores e por esta razão haveria uma tendência ao aumento relativo da participação do emprego terciário no emprego total. Subsidiariamente, o crescimento relativo do terciário poderia ser visto como sinal de desenvolvimento, já que implicaria em maior produtividade de outros setores.

As razões para este gap<sup>14</sup> estariam em que a produção de serviços é intensiva em trabalho, com predomínio do não-qualificado. Os baixos salários desestimulariam a substituição de mão-de-obra por capital. Os serviços são muitas vezes exercidos tal como na fase pré-industrial, numa relação de um-a-um entre prestador e receptor, a exemplo de muitos serviços pessoais.

Alguns fatores relacionados às características do terciário poderiam explicar suas diferenças de produtividade. O terciário não seria passível de padronização e de produção em larga escala, porque em grande parte seu "insumo" são as

<sup>14</sup>. MACEDO E SILVA, op.cit, pp.33-5.

pessoas que fornecem os serviços. Muitas vezes, por não poderem ser estocados, armazenados e transportados, haveria dificuldade em ampliar a concorrência entre os produtores do setor, o que também afetaria a produtividade.

Como os mercados tendem a ser locais e muitos serviços diretos, isso dificultaria a obtenção de economias de escala. Porém, é evidente que tais explicações generalizam em demasia as características do setor, não contemplando sua heterogeneidade. Sabe-se que cada vez mais há espaço no mercado mundial para vários tipos de serviços internacionalizados, especialmente os financeiros e outros serviços especializados.

Há setores intensivos em trabalho não qualificado (muitos serviços pessoais como de estética, restaurantes, atendimento ao público) e outros intensivos em trabalho qualificado (como médicos, engenheiros) e ainda aqueles em que há maior intensidade de capital aplicado em sua execução, acompanhando o desenvolvimento tecnológico (como os serviços de transportes e comunicações)<sup>15</sup>.

O progresso técnico pode alterar muito a relação capital-trabalho em alguns setores, como o financeiro. Nestes casos, a padronização, a produção em massa e a intensidade de capital são tendências que acompanham seu crescimento.

<sup>15</sup>. CANO, W. et alii, op.cit.

Alguns setores do terciário tendem a ter um crescimento acentuado, diante dos novos requerimentos produtivos da indústria e embora possam ser realizados em seu interior, estão cada vez mais sendo externalizados<sup>16</sup>. Estes englobam os serviços de apoio à produção: contabilidade, marketing, recursos humanos e outros serviços especializados que tendem a ter crescimento no atual estágio produtivo (como informática e de comunicações).

### **III.5 O Setor Terciário Diante da Reestruturação Industrial**

No Brasil, a industrialização permitiu a conformação de uma estrutura produtiva complexa e diversificada, mas gerou uma profunda heterogeneidade estrutural, devido à manutenção de diferenciações na estrutura ocupacional e produtiva, em razão do processo de desenvolvimento tardio<sup>17</sup>. Mesmo a ação do Estado, tanto produtiva como assistencial, não pôde minorar as desigualdades regionais, espaciais e produtivas. Assim, a participação do terciário na ocupações é em boa parte reflexo da subsistência de formas atrasadas de produção<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup>. Para externalizar serviços, a firma deve ter um tamanho tal que os requeira com uma frequência mínima. Por outro lado, a externalização provoca rotinização e padronização, com as quais as atividades passam a se beneficiar de economias de escala.

<sup>17</sup>. Carlos Américo PACHECO, **Antecedentes da Questão Regional Brasileira: A Concentração Industrial em São Paulo**.

<sup>18</sup>. Idem, ibidem.

Nas regiões mais industrializadas (como São Paulo), o terciário possui características do setor presente nos países desenvolvidos: integração com a indústria, para melhoria dos processos técnicos de produção e maior especialização dos serviços.

O terciário tem um papel fundamental na melhoria qualitativa dos processos de produção. Muito dos ganhos de produtividade dos setores primário e secundário deveram-se ao desenvolvimento dos serviços, possibilitando melhoria no atendimento aos consumidores, maiores trocas entre fornecedores, melhoria dos produtos, etc, dadas pelas facilidades de comunicação, transportes, distribuição. Isto se torna mais observável com a complexidade da produção e com o uso ampliado de novas tecnologias, permitindo um aperfeiçoamento contínuo dos processos produtivos.

A maior diferenciação de produtos e segmentação dos mercados, forte desenvolvimento do mercado financeiro, aumento da globalização e da competição, aumentam a importância dos serviços intermediários especializados (como planejamento, P&D, marketing, assessoria jurídica, informática).

O crescimento dos serviços também reflete a externalização

de atividades (contract-out)<sup>19</sup>, transferindo parte da renda e do emprego para o setor terciário. Como muitos serviços não são requeridos de modo permanente, mas podem ser obtidos apenas em algumas ocasiões, através do recurso à prestação de serviços, induzem à flexibilização da estrutura ocupacional, fazendo crescer as formas de trabalho temporário e os vínculos precários entre trabalho e capital. Reduzem-se as formas de trabalho padrão, marcadas pela estabilidade do emprego e proteção social. Esta tendência faz com que as relações de trabalho não mais se situem somente entre emprego e desemprego<sup>20</sup>.

Ao invés da perspectiva de criação de uma sociedade pós-industrial, o crescimento do terciário tem gerado uma maior integração dos serviços ao sistema produtivo, a partir de uma reorganização dos processos de produção de bens. A indústria permanece sendo o setor dinâmico da economia, mas amplia sua integração com outros ramos e setores. Por outro lado, o mercado de trabalho passa a depender cada vez mais das ocupações oferecidas pelo terciário, um setor que assume papel fundamental na geração de renda na economia.

<sup>19</sup>. Para a produção sensível à variação cíclica dos mercados, a terceirização é favorável, por adaptar o número de empregados aos níveis de produção.

<sup>20</sup>. Entre outras consequências da flexibilização das relações de trabalho (como perda de direitos e garantias trabalhistas), a redução do trabalho formal fragiliza a estrutura previdenciária. Ver Carlos Américo PACHECO, **Os Aglomerados Urbanos De São Paulo: As Novas Realidades Demográficas E Ocupacionais Da Urbanização Paulista (Terceirização e Precarização Da Estrutura Ocupacional Nos Anos Oitenta)**.



## **Capítulo IV: A Introdução de Novos Processos Produtivos na Indústria**

### **IV. Introdução**

Este capítulo tratará do surgimento de novos paradigmas no processo produtivo, suas características gerais, a situação da indústria brasileira quanto ao acompanhamento das novas tendências, e por fim, da presença, na indústria de RMSF, de elementos que caracterizam a reestruturação produtiva.

A introdução destas transformações deu-se a princípio nos países desenvolvidos, por força da necessidade de superar o esgotamento do padrão de crescimento prevalescente no pós-guerra e do acirramento da concorrência mundial, pelas indústrias dos países asiáticos. Os novos processos tiveram grande importância por conferir diferenciais de produtividade e competitividade às indústrias no mercado internacional.

No item I mostraremos alguns determinantes do surgimento destes novos paradigmas e elementos que caracterizam este processo.

No Brasil, o início da reestruturação se deu em um momento de crise econômica, e isto influenciou muito sobre o modo como este processo vem se dando. Menos que um reestruturação

produtiva, com marcado componente de inovação tecnológica, houve principalmente um forte ajuste de custos, em função da crise e da pouca disponibilidade de recursos para investimentos em desenvolvimento científico pelo governo - principal responsável por estes investimentos no Brasil.

O item dois irá tratar do alcance da crise sobre o processo de reestruturação. Em seguida, o item três mostrará indicadores de desempenho de empresas brasileiras, quanto a aspectos afetados pelas transformações produtivas, em comparação aos níveis mundiais.

No item quatro teremos dados sobre a RMSP, quanto à presença de alguns elementos indicativos da reestruturação (utilização de recursos de informática, setores estruturados de P&D nas empresas e terceirização).

#### **IV.1 Caracterização dos Novos Processos Produtivos**

Nos anos setenta os países desenvolvidos começaram a se defrontar com problemas econômicos que sugeriam estar havendo um esgotamento do modelo produtivo vigente. Isto se deveu a crises de escassez de demanda, elevação dos preços de insumos básicos e de outros custos (como dos salários), além da baixa produtividade.

Diante da crescente globalização e acirramento da concorrência internacional (em especial pelo Japão e países de industrialização recente da Ásia), muitas empresas começaram a adotar estratégias para enfrentar o desafio do crescimento e da maior concorrência internacional.

Iniciou-se um processo de reestruturação produtiva, que pela sua abrangência, tem sido apontado como responsável pela introdução de novos paradigmas, que irão alterar o modelo de relações econômicas e sociais que prevaleceu no pós-guerra.

O fortalecimento de novos elementos organizativos, tecnológicos e sociais, marca a emergência da "acumulação flexível"<sup>1</sup>.

Contrapondo-se às estruturas rígidas do modelo fordista, começaram a se difundir inovações, especialmente na área organizacional, que foram apontadas como necessárias para melhorar a eficiência e produtividade da produção. Nestas inovações, a flexibilidade e as novas tecnologias (especialmente a microeletrônica aplicada aos mais diversos processos) têm um papel fundamental, permitindo que se responda de modo mais ágil às transformações do mercado, pela introdução da automação flexível, que permite mudanças mais rápidas nas linhas de produção.

---

<sup>1</sup>.David HARVEY A Condição Pós-Moderna.

Antes de mais considerações sobre os novos paradigmas, apresentaremos de modo sintético quais seriam as características do chamado "modelo fordista"<sup>2</sup>.

a) o petróleo barato foi a chave da expansão, criando uma vasta gama de produtos energético-intensivos produzidos em grande escala;

b) o ramo metal-mecânico, e especialmente o complexo automobilístico, tiveram um papel central na expansão, que também foi marcada pelo crescimento da produção de bens de consumo duráveis, mecânicos e elétricos;

c) consolidou-se a grande empresa, com acentuada verticalização e complexa organização. A produção voltou-se para os bens de consumo de massas e padronizados, produzidos de forma contínua. Buscou-se a expansão extensiva dos mercados, abrindo caminho para uma crescente globalização;

d) a grande empresa procurava obter ganhos de escala e para isso, níveis ótimos de produção e de vendas. O tamanho das plantas e sua localização visavam maximizar os ganhos de escala e as economias de aglomeração;

e) predomínio da organização taylorista, com divisão de

<sup>2</sup>. HARVEY, op.cit. e Francisco GATTO. Cambio Tecnológico Neofordista Y Reorganización Productiva, Primeras Reflexiones Sobre Sus Implicaciones Territoriales.

tarefas, separação de funções no interior da empresa (como funções administrativas, de produção, vendas, etc). A divisão e especialização das tarefas era vista como forma de se obter ganhos de eficiência;

f) combinou-se o trabalho parcelado e as sequências produtivas com o desenvolvimento de máquinas específicas e especializadas para determinadas tarefas.

Há amplas discussões sobre a caracterização dos novos processos que, evidentemente, tem peculiaridades de acordo com os ramos onde são aplicados e também de acordo com a estrutura produtiva dos países que os introduzem. De modo geral a flexibilidade, tanto para alterações no mix de produtos, quanto para volumes de produção, desenhos, processos e rotinas de trabalho está entre os principais objetivos das mudanças. Procura-se incorporar ganhos com a diversidade, pelo atendimento de mercados segmentados (em contraposição à produção para um mercado de massas), o que requer maior agilidade produtiva.

O esforço de flexibilidade é em grande parte apoiado nas mudanças organizativas. Não obstante a importância dos novos requerimentos tecnológicos, que alteram as chamadas tecnologias rígidas (equipamentos), muitas das principais transformações em curso dizem respeito às áreas de processos e organização, relacionando-se às tecnologias flexíveis

(gestão e organização da produção e do trabalho). Entre as mais disseminadas está a redução dos níveis hierárquicos nas empresas, com ênfase na delegação de tarefas e maior participação dos trabalhadores envolvidos no processo produtivo. Procura-se configurar um sistema convergente - com vistas ao objetivo final, de maior competitividade e qualidade. Para isso, criam-se correntes de informações entre áreas antes independentes das empresas, apoiadas em fluxos internos de informações mais intensos.

As mudanças em curso impõem redefinição de escalas ótimas e menores recursos de mão-de-obra. Integram aspectos organizativos (como a reavaliação da estrutura funcional, com redução dos níveis hierárquicos) e estratégias de redução de custos, como o *just-in-time* (JIT)<sup>3</sup>. As empresas procuram dotar-se de estruturas menos complexas e focalizar sua atividade principal, externalizando atividades-meio não relacionadas ao seu objetivo (ou produto) principal. Com isso, ocorre uma desverticalização das empresas, que recorrem à terceirização dos serviços de apoio à produção (como restaurante, limpeza, transporte, etc) e até de alguns setores da produção em que seja mais vantajoso adquirir serviços e partes de terceiros. Procura-se reduzir os custos fixos e incluir entre os custos variáveis o maior número possível de setores.

<sup>3</sup>. Esta estratégia consiste em procurar manter estoques mínimos de peças e insumos, para garantir maior flexibilidade na produção e manter recursos líquidos.

As grandes empresas têm na desverticalização também, um modo de tornar suas estruturas menos complexas, com menores custos de administração, além de reduzir os conflitos com a mão-de-obra. As grandes empresas do modo de produção fordista criaram um ambiente favorável ao fortalecimento das organizações sindicais, que englobavam trabalhadores de diversas categorias por empresa. A externalização de funções tende a enfraquecer a representação sindical.

A flexibilização gera conflitos, devido à dificuldade em harmonizar as novas formas de trabalho e organização com os esquemas tradicionais de regulamentação das relações de trabalho fordistas. Tendem a se ampliar as pressões pela desregulamentação do mercado de trabalho, enquanto cresce o trabalho temporário, sem vínculos ou por contratos de prestação de serviços.

A reestruturação das empresas tem trazido como tendência geral a elevação do chamado "desemprego estrutural" pois, seja pela introdução de novas tecnologias ou de novos processos, tem-se reduzido o número de postos de trabalho para a produção industrial. O desemprego estrutural é um problema que atinge cada vez mais os países industrializados e está entre os principais desafios das políticas sócio-econômicas para os próximos anos. O desemprego elevado e crônico tem acompanhado o processo de reestruturação.

Muitos analistas alertam para que, devido ao processo de reestruturação, parte do contingente de desempregados poderá não mais ser reabsorvida, o que significa que haverá uma elevação da taxa histórica de desemprego para muitos países.

#### **IV.2 O Alcance da Crise e dos Processos de Reestruturação**

A economia brasileira, desenvolveu alto grau de complementaridade intersetorial e diversidade, com produção nos mais variados ramos industriais, mas com atraso técnico, aliado a baixos coeficientes de exportação (com predomínio de bens intensivos em recursos naturais) e importação (onde predominavam bens intensivos em tecnologia).

O padrão de desenvolvimento industrial, nos períodos de maior expansão nos anos setenta, baseou-se no crescimento dos segmentos de bens de capital e de consumo durável. Os metal-mecânico e químico eram o núcleo do padrão internacional de desenvolvimento industrial e a estrutura industrial brasileira foi solidária a este padrão.

O desenvolvimento industrial brasileiro foi constituído com base em políticas que proporcionaram proteção à indústria no mercado interno, subsídios fiscais e creditícios para sua ampliação e desenvolvimento, aliado a incentivos e subsídios



às exportações. O aporte tecnológico limitou-se à constituição da capacidade produtiva necessária, o que reforçou as limitações ao acompanhamento do padrão internacional que se desenvolvia, reforçando uma inserção internacional típica dos países de industrialização retardatária<sup>4</sup>.

Nos anos oitenta houve o início de um processo de reestruturação adotado em princípio pelas indústrias mais dinâmicas, que decorreu da necessidade de ajuste e das estratégias para reduzir custos e aumentar a produtividade.

A disseminação das transformações produtivas nos países desenvolvidos, evidenciou a necessidade não só de mudar o padrão de desenvolvimento industrial e tecnológico, incorporando mudanças técnicas e gerenciais-organizativas, mas também de promover a criação ou ampliação de indústrias representativas dos novos paradigmas produtivos.

Com exceção da melhoria dos níveis técnicos e qualitativos de alguns segmentos voltados para o mercado externo e do início do desenvolvimento de segmentos como a informática, a crise dos anos oitenta impossibilitou a obtenção de avanços significativos na direção da modernização da estrutura

---

<sup>4</sup>. Wilson SUZIGAN, *A Indústria Brasileira após uma Década de Estagnação: Questões para Política Industrial*, pp. 89-109.

industrial, por ter provocado uma virtual estagnação da indústria de transformação.

A crise econômica deu a tônica das principais mudanças introduzidas na indústria. Se por um lado favoreceu mudanças (como ajustamento à crise e pelo direcionamento da produção para o mercado externo), por outro acentuou a heterogeneidade tecnológica da estrutura produtiva e a fraca capacidade de inovação, o que compromete uma possível retomada do crescimento.

A produção de bens de capital e de consumo durável - responsável pelo maior dinamismo da indústria na década anterior - teve um fraco desempenho, em razão da retração do mercado interno e da queda dos investimentos. Como aponta Suzigan<sup>2</sup>, a alteração na liderança setorial nos anos oitenta (com maior crescimento de bens intermediários e bens de consumo não-duráveis), não correspondeu à passagem para outro padrão de desenvolvimento, pois não se tratou de expansão liderada por um novo conjunto de atividades, mas de uma perda generalizada de dinamismo, da qual poucos setores escaparam.

A possibilidade de expansão da indústria no mercado interno ficou restringida pela crise e foi parcialmente compensada com o direcionamento para o mercado externo da produção

<sup>2</sup>. Idem, p.93.

industrial de alguns ramos. A política econômica incentivou as exportações, favorecidas pela redução da demanda interna e pelas desvalorizações cambiais. A pauta de exportações teve predomínio de bens do complexo metal-mecânico, químico-petroquímico e papel e celulose, com expansão de bens tradicionais como têxteis, calçados e vestuário - além da ampliação das exportação de bens agrícolas (grãos, carnes, etc). Ou seja, o Brasil reforçou sua inserção no mercado internacional com produtos do padrão de desenvolvimento anterior e/ou intensivos em mão-de-obra barata e recursos naturais, reforçando ainda elementos espúrios de competitividade, tais como a compressão da demanda interna, os incentivos e subsídios, a desvalorização do salário real e do câmbio<sup>6</sup>.

A redução nos investimento atingiu principalmente empresas públicas industriais, como reflexo do desequilíbrio financeiro do setor público (principal atingido pela crise externa). A reversão da entrada de recursos externos, a conjuntura instável e a falta de uma política industrial e tecnológica definidas, abalaram as possibilidades de investimento. A sua redução, principalmente no setor público, provocou forte deterioração da infra-estrutura, concorrendo para a ineficiência, os custos elevados e restrições à ampliação em vários setores industriais.

---

<sup>6</sup>. SUZIGAN, op.cit., p.95.

A perda generalizada de dinamismo da indústria de transformação e a redução dos investimentos, geraram um esforço de capacitação tecnológica muito aquém das necessidades de transformação da estrutura industrial para que possa acompanhar os processos que vem ocorrendo nas economias industriais desenvolvidas.

#### **IV.3 Alguns Dados Sobre a Reestruturação no Brasil**

Ainda não se dispõe de levantamentos mais abrangentes sobre o processo de reestruturação, que no entanto, tem sido mais observável em relação à redução do número de trabalhadores das empresas e à externalização (terceirização) dos serviços de apoio à produção, como forma de flexibilizar e reduzir custos operacionais e administrativos. As mudanças foram em grande parte condicionadas pela urgência em se adaptar à situação de crise econômica, adaptar-se à redução do mercado, e mais recentemente, fazer frente à maior concorrência com os produtos estrangeiros, que tem crescentemente perdido suas restrições à entrada no mercado nacional<sup>7</sup>.

Pesquisa feita no início da década de noventa entre 950

<sup>7</sup>. Em depoimentos prestados por dirigentes de indústrias, artigos sobre o tema em periódicos especializados e levantamentos realizados por empresas de consultoria, pode-se exemplificar iniciativas de reestruturação por parte de diversas empresas.

empresas de vários ramos, portes e localizações no território nacional<sup>89</sup>, aponta que as empresas brasileiras melhoraram seu desempenho no que se refere a alguns padrões de qualidade, embora ainda ficando aquém dos padrões médios internacionais. Os dados mostram que as mudanças deram-se principalmente em procedimentos administrativos (Tabela 15).

---

<sup>89</sup>. Pesquisa realizada pela IMAM Consultoria, sobre um universo de 950 indústrias de vários portes e ramos. **Jornal do Economista**, São Paulo, Sindicato dos Economistas, jun./1993.

TABELA 15

INDICADORES DE DESEMPENHO DA PRODUÇÃO NAS INDÚSTRIAS  
BRASIL, MÉDIA MUNDIAL E JAPÃO (1990/1993)

INDICADORES	BRASIL <sup>1</sup>	BRASIL <sup>2</sup>	MÉDIA MUNDIAL*	JAPÃO**
A.ÍNDICE REJEIÇÃO	23a28mil	11a15mil	200	10
B.GASTO ASSIS.TÉC.	2,7	2,0	0,1	>0,05
C.MÉDIA ENTREGA (dias)	35	20	2a4	2
D.ROTATIVID.ESTOQUE	8	8a14	60a70	150a 200
E.QUEBRA DE MAQUINAS	40	21	15a20	5a8
F.INVESTIM.EM P&D	<1	1a2	3a5	8a12
G.TREINAMENTO	<1	<1	5a7	10
H.NIVEIS HIERARQ.	10a12	4a8	7	3

<sup>1</sup> 1990

<sup>2</sup> 1993

A. Quantidade de peças/produtos definitivos na fabricação/milhões.

B. % do valor bruto das vendas durante a garantia do produto.

C. Entre chegada do pedido na fábrica e entrega do produto ao cliente.

D. Número de renovação/ano.

E. % de tempo parado.

F. % sobre faturamento.

G. Treinamento.

H. Da diretoria ao empregado.

\* Europa e USA.

\*\* Empresas visitadas pelo Instituto IMAM.

Fonte: Instituto IMAM, FSP, 29/03/93, p.2-6.

Entre as empresas pesquisadas, a recessão foi apontada como a maior responsável pelas mudanças, bem como a concorrência externa. Mostrou-se que as indústrias agora gastam menos com assistência técnica, reduziram os defeitos e o tempo de entrega das encomendas e têm investido mais em pesquisa e desenvolvimento (P&D), reduziram os níveis hierárquicos e o número de empregados. Quanto ao treinamento dos empregados, a pesquisa aponta a mesma situação de 1990.

Na indústria de São Paulo, houve elevação da produtividade,

mesmo em meio à crise? . A redução da produção provocada pela recessão do início da década foi acompanhada de redução do nível de emprego e das horas trabalhadas. Desta forma, a relação Produção/Emprego, mostra aumento da produtividade (Tabela 16) -que se acentuaria na recuperação (1984-85), já que o aumento do emprego não acompanhou o aumento da produção. O recrudescimento da crise no final da década fez a produção e o emprego caírem, reduzindo a produtividade. Estes resultados são importantes se for considerado que a produtividade se elevou em um contexto de crise. Porém, "esse resultado é medíocre quando comparado aos extraordinários aumentos da produtividade industrial dos países avançados no mesmo período"<sup>10</sup>.

**TABELA 16**

INDICADORES DO NÍVEL DE ATIVIDADES (INA), EMPREGO E HORAS TRABALHADAS  
SAO PAULO (1980-1990)

ANO	INA	EMPREGO	HORA TRAB	INA/EMP.	INA/HORAS
1980	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1981	91,5	93,1	87,7	98,3	104,3
1982	92,0	88,5	82,5	103,9	111,5
1983	87,4	81,6	74,2	107,0	117,7
1984	98,4	81,5	77,2	120,8	127,4
1985	108,1	88,4	87,9	122,3	122,9
1986	123,9	97,2	98,2	127,5	126,1
1987	113,4	99,3	98,6	114,3	115,0
1988	112,9	97,3	97,0	116,0	116,3
1989	114,7	100,4	94,7	114,3	121,0
1990	101,9	98,4	88,1	103,6	115,7

Fonte: FIESP. Elaboração SUZIGAN, op.cit., p.94.

7. A elevação da produtividade significa uma maior produção física com menor emprego de mão-de-obra.

10. SUZIGAN, op.cit, p.95.

A existência de setores industriais que lograram uma maior aproximação com os níveis de qualidade e produtividade internacionais, vem reforçar a heterogeneidade da estrutura industrial do país. Assiste-se a um processo em que as empresas estão buscando suas soluções individualmente, sem que haja uma coordenação ou qualquer estratégia global formulada através de uma política industrial. A falta de capacidade de coordenação e planejamento do Estado, tem sido apontada até como algo comprometedor para o esforço de reestruturação industrial, podendo mesmo dificultar a consolidação de uma posição do país diante de situações como a criação do Mercosul<sup>11</sup>.

A reestruturação das empresas brasileiras traz impactos para o Estado de São Paulo, que sedia indústrias dos setores mais dinâmicos, sujeitos à necessidade de reestruturação, por força de sua posição no mercado. A tendência à melhoria dos indicadores de produtividade na indústria paulista, com redução dos empregos industriais, reflete, para alguns analistas, a reestruturação em curso. Com isso, existiria a possibilidade de, no caso de uma retomada do crescimento, não haver recuperação dos níveis anteriores de emprego.

Tal possibilidade, no entanto, é descartada por análises como as de Considera e Silva<sup>12</sup>. Para os autores, em primeiro

<sup>11</sup>. Uma Nova Política de Comércio Externo e a Reestruturação da Economia Paulista.

<sup>12</sup>. IPEA, Sumário Executivo, nº 01/93.



lugar, os dados das Contas Nacionais mostram queda nos níveis de investimento nos anos oitenta, prosseguindo até o início dos anos noventa (mesmo com o relativo aquecimento dos setores de bens de capital). Sem ter havido investimentos, não se pode falar em mudança tecnológica que alterasse substancialmente a relação produto/emprego. Em segundo lugar, mesmo com as transformações no período mais recente, como o maior uso da informática e microeletrônica, as transformações não explicam a forte redução nos níveis de emprego, que devem ser atribuídos principalmente ao forte ajuste recessivo. A elevação da produtividade, prosseguem os autores, pode ser em grande parte atribuída ao recurso às horas extras (que impede a elevação do emprego e traz uma melhoria aparente da produtividade).

Identifica-se que, menos que investimentos em novas tecnologias, prevaleceu a adoção de técnicas como o JIT (*Just-in-Time*) e TQC (*Total Quality Control*<sup>13</sup>), poupadoras de mão-de-obra, entre as medidas adotadas pelas empresas, pois geram maior produtividade sem se requerer maiores investimentos.

Outro fator que poderia explicar esta melhoria da

<sup>13</sup>. **Total Quality Control** é um conceito de gerenciamento e administração que vem sendo implementado e que procura criar uma forma integrada de funcionamento e gestão das empresas, onde hajam maiores trocas de informações horizontais entre os diferentes setores. Visando alcançar maior eficiência em todos os processos, com o objetivo de obter melhores níveis de qualidade e maior satisfação do consumidor final.

produtividade seria a terceirização, que reduz o emprego industrial. Este fenômeno pode não estar sendo captado pelas pesquisas de estabelecimento. Por fim, a crise pode ter ocasionado uma "seleção natural" das empresas, com falência e fechamento das menos competitivas, resultando em uma melhoria do padrão médio de produtividade das indústrias.

Uma melhor aproximação destes fenômenos só seria possível com dados mais amplos, tais como através dos Censos Industriais, não disponíveis para o período mais recente<sup>14</sup>.

Não se pode atribuir a elevação da produtividade a reestruturação, pois há mais evidências de que houve um forte ajuste recessivo do que elementos para subsidiar um processo de transformação estrutural da indústria.

O comportamento da economia na década de oitenta e as evidências de queda nos investimentos, recessão e redução nos investimentos em C&T, parecem confirmar que, ainda que tenha havido melhora nos níveis técnicos de vários setores industriais, não se tratou de uma reestruturação que elevasse os níveis técnicos da indústria em patamares melhores, ou que emergessem novos setores representativos dos novos padrões produtivos, para justificar a elevação da produtividade. Deste modo, deve-se ter cautela ao se falar

---

<sup>14</sup>. O último Censo Industrial, 1985, ainda não poderia captar esta tendência.

em reestruturação, ainda que se possa identificar seu início em alguns setores.

#### IV.4 Alguns Dados Sobre o Processo de Reestruturação na RMSF

Apresentamos a seguir dados sobre a situação da indústria em São Paulo quanto a alguns elementos representativos do processo de reestruturação. São eles: a) Uso de recursos de informática; b) Terceirização e c) Gastos com P&D.

##### a) Uso de Informática:

O SENAI de São Paulo realizou pesquisa entre seus associados na RMSF (1990), focalizando aspectos relacionados às transformações recentes por que têm passado as indústrias, face à crise. Denominada Pesquisa Industrial por Amostragem (PIAM), traz informações sobre o impacto uso de recursos de informática sobre o emprego e qualificação da mão-de-obra nos vários setores de produção<sup>15</sup>. Na **Tabela 17** temos os dados sobre a existência de setores informatizados entre empresas de pequeno, médio e grande porte na RMSF. Vemos que o uso de recursos de informática nos setores operacionais é muito baixo, especialmente nos estabelecimentos pequenos e

---

<sup>15</sup>. A amostra utilizada tem um desvio para estabelecimentos de médio e grande porte, mas mesmo assim é válida por proporcionar uma visão da RMSF e por abranger um grande número de empresas.

médios.

**TABELA 17**

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS PELA EXISTÊNCIA DE SETORES DE TRABALHO INFORMATIZADO, SEGUNDO PORTE SENAI/PIAM (1990) (%)

SETORES DE PRODUÇÃO	PEQUENO		MÉDIO		GRANDE	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
<b>OPERACIONAIS</b>						
Operações	5,8	94,2	17,8	82,2	44,5	55,5
Ferramentaria	3,9	96,1	10,0	90,0	35,7	64,3
Controle Qual.	5,2	94,8	16,6	83,4	50,3	49,7
<b>APOIO PRODUÇÃO</b>						
Manutenção	-	100,0	2,9	97,1	30,0	70,0
Planejamento	34,3	65,7	54,7	45,3	82,0	18,0
Assist. Téc.	12,5	87,5	19,5	80,5	51,0	49,0
Suprimento	12,9	87,1	43,2	56,8	77,3	2,7
Market/Vendas	31,2	68,8	59,4	40,6	87,1	12,9
Administração	41,5	58,5	85,2	14,8	91,7	8,3
Outros	-	-	66,7	33,3	71,4	8,6

Fonte: SENAI/SP - DEPEA/PIAM - 1990.

O uso da informática cresce para todos os setores nas empresas de grande porte. Os maiores percentuais para as três categorias (empresas pequenas, médias e grandes), dão-se nas funções de planejamento e administração.

A informática penetrou mais em setores onde os investimentos não são tão significativos (em muitos casos pode-se usar microcomputadores e softwares bastante difundidos), diferentemente do aporte de recursos necessários para, por exemplo, a introdução de equipamentos de comando numérico na produção. Outros dados desta pesquisa mostram que a mão-de-obra operacional é a menos envolvida com as inovações

técnicas que vem sendo implementadas.

#### b) Terceirização

Entre o conjunto de elementos que caracterizam a reorganização produtiva em curso, a terceirização tem sido uma estratégia comumente adotada pelas empresas brasileiras. Ela está ligada à idéia de *focalização* produtiva, onde se procura concentrar as atividade e a produção da empresa naquilo em que ela tem maiores ganhos econômicos, ou vantagens no mercado, abandonando linhas menos lucrativas e/ou atividades que não se relacionam à atividade principal. Com a produção focalizada, pode-se atingir escalas ótimas e facilitar a gestão empresarial.

A terceirização significa externalizar parte dos processos antes realizados pelas próprias empresas - que antes procuravam verticalizar suas estruturas, realizando e controlando diretamente todas as etapas produtivas. Procura-se agora dotar as empresas de estruturas mais reduzidas e com maiores possibilidades de adaptação às alterações do mercado. A terceirização contribui com esta estratégia ao transformar os custos fixos em variáveis. Atividades de apoio à produção são as que inicialmente são terceirizadas, sendo realizadas por empresas de serviços contratadas para este fim.

Em pesquisa realizada pela empresa de consultoria Coopers e Librand<sup>14</sup>, entre 87 grandes empresas no Brasil, mostrou-se que as atividades terceirizadas tem sido realizadas principalmente no interior das empresas, o que se deve ao predomínio de atividades de apoio. Mas há crescimento da terceirização em setores produtivos (em 26% das empresas). Os principais efeitos da terceirização, segundo as empresas pesquisadas foram:

- redução do pessoal: 40%
- redução de custos em geral: 29%
- aumento da produtividade: 21%
- mudança na estrutura organizacional: 24%

As empresas procuram reduzir a parte fixa da mão-de-obra, evitando custos com dispensas em momentos de redução da demanda. Além dos custos fixos, as empresas reduzem custos com admissões, contratações e treinamento de pessoal. Os custos de administração se reduzem, pois administram-se apenas contratos, que podem ser desfeitos nos momentos de crise. Crescem as formas de trabalho temporário e os vínculos de emprego precário.

O movimento sindical começa a incluir entre suas preocupações o processo de terceirização, pois se constata que tem contribuído para a redução do emprego, principalmente porque está se dando num momento recessivo.

<sup>14</sup>. Os Trabalhadores e a Terceirização, p. 38.

Além disso, como as atividades onde predomina a terceirização (serviços de apoio) são realizadas por empresas de menor porte, tende a haver perdas salariais e de direitos trabalhistas e piores condições de trabalho. A fragmentação da produção provoca a desmobilização e concorre para a redução do poder sindical - o que em contrapartida é mostrado nos meios empresariais como uma das vantagens da sua implementação<sup>17</sup>.

Assim como vem ocorrendo em outros países, os sindicatos dos setores mais organizados começam a tentar influir sobre o processo de terceirização nas empresas, através de negociações, que visam garantir a recolocação dos trabalhadores dos setores desativados e a manutenção dos direitos adquiridos. Em alguns casos já existem exemplos de acordos em que a direção das empresas se compromete a negociar com a representação sindical o processo de terceirização<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup>. Ver a este respeito o volume **Os Trabalhadores Frente à Terceirização**.

<sup>18</sup>. **BOLETIM DIEESE "Terceirização e Ação Sindical"**.

## c) P&amp;D

O impacto da crise sobre a indústria trouxe o enfraquecimento do esforço para melhoria do desenvolvimento tecnológico, uma vez que o desequilíbrio financeiro do setor público - maior responsável pelo desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (C&T) no país - determinou uma redução nos níveis de investimento para este fim ao longo da década. Desta forma, foram muito baixos os investimentos em tecnologia e em capacitação da mão-de-obra, principalmente se comparados aos níveis dos países desenvolvidos.

Com isso, mesmo havendo exceções (especialmente entre empresas mais dinâmicas, voltados para o mercado externo), em geral não se desenvolveu muito a capacidade tecnológica da indústria, reforçando uma situação desfavorável, face ao papel cada vez mais determinante da tecnologia nas condições de competitividade das indústrias no mercado mundial.

A pesquisa do SENAI (PIAM), já mencionada, mostra também dados sobre a existência de setores de P&D nas empresas de sua amostra na RMSP (Tabela 18). Mais de 70% das empresas de pequeno e médio porte não possuem setores de P&D, percentual um pouco menor nas empresas de grande porte (60,4%). No total, apenas 18,2% possuem setor estruturado de pesquisa e desenvolvimento.



TABELA 18

DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS POR EXISTÊNCIA DE SETOR  
ESTRUTURADO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO  
SEGUNDO PORTE SENAI/PIAM

(1990)

Existência do Setor	Pequeno		Médio		Grande		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
SIM	4	2,6	45	17,1	66	31,1	115	18,2
NÃO	124	78,9	192	73,0	128	60,4	444	70,3
Não se Aplica	29	18,5	26	9,9	18	8,5	73	11,5
TOTAL	157	100	263	100	212	100	632	100

Fonte: SENAI/SF - DPEA/PIAM - 1990.

Ao pouco investimento em P&D no Brasil verificado na década de oitenta<sup>19</sup> e à estagnação econômica, somam-se para o quadro da indústria brasileira o problema da qualificação da mão-de-obra. Entre as exigências dos novos processos produtivos, pressupõe-se uma maior participação e capacidade, por parte dos trabalhadores, de compreensão dos processos produtivos como um todo, de modo que possam colaborar com sugestões e dar maior integração entre as diferentes etapas da produção.

Os recursos humanos parecem não estar tendo a atenção devida, uma vez que, em geral, os empresários apontam problemas como tecnologia apropriada, fornecimento de matérias-primas e equipamentos adequados como os fatores mais importantes para se atingir bons níveis de qualidade<sup>20</sup>.

<sup>19</sup>. Ver a este respeito o artigo de Wilson Suzigan, citado acima.

<sup>20</sup>. Citado na pesquisa da IMAM Consultoria e outras, como a pesquisa da Júlio Lobos Consultores (Revista Exame, São

Já nos países desenvolvidos, sabe-se que a base para o sucesso dos programas de qualidade está no treinamento e preparação da mão-de-obra, além da criação de um ambiente organizacional propício.

A falta de aprimoramento da mão-de-obra e o reduzido gasto com pesquisa e educação no Brasil são apontados no Relatório Anual sobre Competitividade, elaborado desde 1981 pelo World Economic Forum e o International Institute of Management Development<sup>21</sup>. O Brasil está entre os países que menos investe em P&D e entre os que têm a pior estrutura educacional entre os países analisados. Embora a baixa qualificação da mão-de-obra não vá impedir os processos de mudança (até porque poderá ocasionar, como já vem ocorrendo, perda de postos mesmo para trabalhadores qualificados), esta poderá ser uma das dificuldades para a efetiva reestruturação produtiva e para uma inserção mais favorável do Brasil na economia mundial.

O processo de reestruturação poderá agravar os problemas sociais dos países periféricos como o Brasil. Mostra-se inevitável a redução nos postos de trabalho, em decorrência do avanço tecnológico. Ou seja, o encolhimento do emprego, como face mais identificável da reestruturação, não se

Paulo, Ed.Abril, 10/07/91, p.75) e outros artigos e depoimentos consultados.

<sup>21</sup>. Os institutos, sediados na Suíça, analisam a situação de 56 países, entre os membros da OCDE e 15 países em desenvolvimento, sobre os dados do Banco Mundial e FMI.

relaciona somente à conjuntura recessiva, mas adquire caráter estrutural, diante da emergência de novos processos produtivos. Mesmo em setores que vêm apresentando expansão, o emprego não cresce na mesma proporção<sup>22</sup>. Apesar das limitações do processo de reestruturação da indústria brasileira (representadas, como já se viu, pelo pouco investimento em tecnologia), não se pode desconsiderar esta tendência, de redução dos níveis de emprego, mesmo com o aumento da produção.

---

<sup>22</sup>. Um exemplo disso foram os acordos realizados no início dos anos noventa no âmbito das Câmaras Setoriais da Indústria (entre governo, sindicatos e empresários), para o setor automobilístico. Previu-se um crescimento da produção de 1,07 milhões de unidades para 1,5 milhões em 1995 - um aumento de quase 50%. Mas chegou-se à estimativa de que o emprego só crescerá 4% no mesmo período. Em 1990, a Volkswagen produzia 1.100 veículos diários com 40.000 trabalhadores. Hoje, produz o mesmo volume com 23.000 empregados.

## Capítulo V : O Emprego no Setor Terciário na RMSP na Década de Oitenta

### V. Introdução

Este capítulo mostra o comportamento do emprego no setor terciário, na RMSP e no Estado de São Paulo na década de oitenta.

No primeiro item mostraremos dois aspectos das mudanças havidas no mercado de trabalho: o crescimento da participação do setor terciário em sua composição e a evolução do emprego formal por setores, na RMSP e no total do Estado.

Além da perda no emprego industrial, outros aspectos concorrem para caracterizar as mudanças no mercado de trabalho na década. No item dois veremos como se comportaram as ocupações em aspectos como emprego Com ou Sem Carteira, empregados por Conta-Própria, Desempregados e Ocupados, em relação ao total da População Economicamente Ativa (PEA) na RMSP.

Em seguida, iremos mostrar a evolução das ocupações nos diferentes ramos de atividade do setor terciário, pelos dados de tabulações especiais da FNAD (para os anos de 1981 e 1990).

### V.1 Crescimento do Emprego Terciário e Níveis de Ocupação Formal e Informal na RMSP

Nos anos setenta, o crescimento econômico permitiu intensa absorção da População Economicamente Ativa (PEA) e incorporação ao mercado de trabalho e de consumo de largas camadas da população - inclusive os migrantes, que afluíam às regiões mais industrializadas, especialmente para a RMSP.

Naquele período, o crescimento do emprego industrial ampliou as relações formais de trabalho, possibilitando uma significativa mobilidade social. Ao mesmo tempo, o bom desempenho da construção civil pôde absorver parcelas da mão-de-obra menos qualificada. O declínio do produto e emprego industriais na década de oitenta reverteu este processo e a estruturação do mercado de trabalho.

O setor terciário teve ampliada sua participação no produto. Na **Tabela 19**, vemos que durante a década de oitenta houve aumento da participação do terciário no PIB do Estado de São Paulo da ordem de 20%. Esta primeira aproximação permite observar que houve um crescimento bastante significativo dos ramos mais modernos do terciário, como Transportes e Comunicações. O Comércio teve redução de 16,5%, enquanto que a Intermediação Financeira teve extraordinária ampliação no

PIB paulista. Seu bom desempenho contrapôs-se à tendência à estagnação e hiperinflação que prevaleceu durante toda a década<sup>1</sup>.

**TABELA 19**  
PARTICIPAÇÃO DO SETOR TERCIÁRIO NO PIB PAULISTA  
POR GRUPOS DE ATIVIDADES (1980-1988) (%)

GRUPOS DE ATIVIDADE	1980	1985	1988	88/81
Terciário (Total)	49,0	56,0	58,9	20,2
Comércio	18,2	15,8	15,2	-16,5
Transp./Comunic.	3,8	4,5	5,1	34,2
Inst.Financeiras	6,8	12,7	14,0	105,0
Outros	20,2	23,0	24,6	21,7

Fonte: FSEADE.

É difícil identificar-se uma causa única para o crescimento do terciário, devido a sua heterogeneidade. Os ramos do terciário obedecem a determinações muito diversas em sua evolução. Não é possível atribuir às mesmas causas, por exemplo, o crescimento do setor bancário e do comércio ambulante. Como já foi apontado anteriormente, o início de um processo de reestruturação produtiva contribuiu para o crescimento do setor. Mas por outro lado, este crescimento também teve um componente relacionado ao papel compensatório, diante da crise, do emprego nos ramos tradicionais do terciário<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>. Significativa parte do crescimento do terciário (mesmo que isto não tenha se refletido no aumento do emprego) deveu-se ao setor financeiro que teve hipertrofia devido à inflação, ao crescimento da especulação financeira e ao comprometimento financeiro do Estado.

<sup>2</sup>. Estes seriam representados por atividades de comércio e serviços que empregam mão-de-obra com baixa qualificação e com predomínio de relações de trabalho informais (como

Como assinala Pacheco, "com o péssimo desempenho da indústria de transformação no início e fim da década, e com a crise que afetou a construção civil durante praticamente todo o período, (...) é surpreendente que o desemprego não tenha atingido patamares mais elevados e que o terciário tenha sido capaz de gerar tantas novas ocupações"<sup>3</sup>.

No terciário, a informalidade<sup>4</sup> (que não é exclusiva do setor) manifesta-se de modo mais intenso. Para Arias e Theodoro<sup>5</sup>, na década de oitenta houve taxas baixas e inelásticas de emprego, redução do emprego organizado, ao mesmo tempo que crescia a PEA. Mas o desemprego não cresceu a níveis correspondentes. Concluem disso que a diferença entre o crescimento da PEA e o do desemprego está no crescimento do setor informal, impossível de ser adequadamente mensurado.

---

serviços domésticos e comércio ambulante).

<sup>3</sup>. Carlos Américo PACHECO, *A Terciarização do Anos Oitenta: de Tudo um Pouco*, p.28.

<sup>4</sup>. Informal: entendido aqui como produção não baseada em trabalho assalariado, especialmente atividades mercantis, e não captados pelas pesquisas. O trabalho formal é aquele com registro em carteira, direitos trabalhistas, horas extras remuneradas e contribuição previdenciária. Já economia submersa, seria aqueles segmentos que operam total ou parcialmente na ilegalidade (com presença de elementos tais como evasão fiscal e não atendimento a direitos trabalhistas). PACHECO, op.cit, (nota 3).

<sup>5</sup>. Apud: Carlos Américo PACHECO *Os Aglomerados Urbanos De São Paulo: As Novas Realidades Demográficas E Ocupacionais Da Urbanização Paulista (Terciarização e Precarização Da Estrutura Ocupacional Nos Anos Oitenta)*.

Na Tabela 20 temos as taxas de emprego formal para o Estado de São Paulo e RMSP. Os dados reforçam a observação de que houve queda no emprego na indústria e um desempenho positivo, mas tímido, do emprego nos demais setores. A situação do emprego na indústria de transformação foi pior na RMSP, e a construção civil empregou menos no Estado que na RMSP. O setor terciário teve maior crescimento relativo do emprego no ESP.

Os níveis de emprego formal cresceram de modo muito baixo, e o desemprego aberto, principalmente nos períodos de recrudescimento da crise (1981/83 e 1990/91), teve grande aumento, colocando-se como uma das faces do ajuste do mercado de trabalho na década, atingindo patamares antes desconhecidos para a economia brasileira. Foi importante a ampliação das formas de ocupação informais, frente ao baixo crescimento do emprego formal.



TABELA 20

TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO NÍVEL DE EMPREGO FORMAL

ESTADO DE SÃO PAULO E RMSF

(1980-1990)

(%a.a.)

SETOR	1980/83	1983/86	1986/90	1990/80
ESP				
Ind.Transform.	-7,2	9,6	-1,9	-0,2
Construç.Civil	-13,5	6,9	0,4	-2,2
Comércio	-3,1	2,0	1,6	0,3
Serviços	-1,2	3,1	1,7	1,2
Admin.Pública	2,5	5,2	2,7	3,4
TOTAL	-3,3	5,1	0,7	0,8
RMSF				
Ind.Transform.	-8,6	9,8	-2,6	-0,9
Construç.Civil	-12,2	6,3	0,9	-1,7
Comércio	-3,5	2,0	1,8	0,2
Serviços	-1,8	2,8	2,1	1,1
Admin.Pública	2,0	4,6	1,1	2,4
TOTAL	-4,2	5,4	0,1	0,3

Fonte: RAIS-MTb, Painel Fixo (1980-1988); Decreto-Lei 4923, MTb (1989-1990). Apud PACHECO, Os Aglomerados Urbanos De São Paulo.

O emprego formal na indústria de transformação teve maior queda na RMSF que no ESP no período de mais forte recessão (1981/83), e na recuperação (1986/90), continuou com maiores perdas que no Estado<sup>a</sup>. Ao final do período, o emprego formal na indústria de transformação havia declinado mais na RMSF. O setor terciário teve um desempenho positivo, mas pouco expressivo do emprego formal no período (1980/90), ao contrário da indústria, em que houve taxas negativas de crescimento. O crescimento do emprego formal no terciário foi percentualmente menor na RMSF que no total do Estado de

<sup>a</sup>. O período de recuperação se deu entre 1985-87. A partir de 1988 novamente se dá desaceleração econômica, que iria se agravar em 1989-90.

São Paulo.

## V.2 Posição dos Empregados na Ocupação, na RMSP

Para se captar o sentido do ajuste havido no mercado de trabalho, também é importante a análise das mudanças na sua estrutura, como a posição na ocupação.

O assalariamento e emprego Com Carteira são mais frequentes na indústria, em comparação com a maior parte dos ramos do terciário<sup>7</sup>. A redução do emprego industrial faz aumentar a participação do emprego Sem Carteira e relações não-assalariadas de trabalho. Isto dá ao ajustamento à redução da base de ocupações industriais, um caráter de deterioração das condições de estruturação do mercado de trabalho. A ausência de carteira de trabalho exclui os trabalhadores dos benefícios contidos na legislação trabalhista.

A **Tabela 21** traz dados a posição na ocupação. Observa-se que a recessão do início da década reduziu o percentual de ocupados e que a recuperação de 1986 fez retornarem os níveis de ocupação do início da década, com declínio na recessão do final do período (1990).

---

<sup>7</sup>. PACHECO, op.cit, (nota 5), p.43.

TABELA 21

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO  
RMSF (1979-1990) (%)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO (%)					
	1979	1981	1983	1986	1989	1990
Empregados	79,6	74,8	74,2	78,0	78,9	73,7
c/carteira	65,2	58,5	55,6	57,9	60,1	56,1
s/carteira	14,4	16,3	18,6	20,1	18,8	17,6
Conta Própria	11,7	13,0	13,1	13,5	13,0	15,2
Empregadores	4,1	3,8	3,4	4,3	3,8	4,3
S/Rendimento	1,3	1,7	1,3	0,9	0,9	0,9
Ocupados	96,6	93,3	92,0	96,7	96,6	94,1
Proc.Trab.	3,4	6,7	8,0	3,3	3,4	5,9
TOTAL DA PEA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIBGE, PNADs, vários anos. Apud: PACHECO, **Aglomerados Urbanos de São Paulo**, p.33.

O emprego Com Carteira teve redução ao longo do decênio, com tendência à melhora após 1984, mas declinando novamente no final da década. O emprego Sem Carteira aumentou seu percentual na PEA entre 1979 e 1990 e teve seu maior crescimento no período de recuperação econômica, em meados da década. Os empregados por Conta-Própria cresceram durante todo o decênio, e os empregadores mantiveram estável seu percentual no total.

### V.3 Emprego no Terciário da RMSF por Ramos de Atividade

Para uma análise da evolução do número de pessoas empregadas no setor terciário, através da evolução do emprego por atividade econômica, procedeu-se a uma verificação através

de tabulações especiais de dados da PNAD, dos anos de 1981 e 1990. Nestes, os três setores (Primário, Secundário e Terciário) apresentam-se subdivididos em atividades, que por sua vez abrigam as diferentes ocupações.

Como os dados da PNAD superestimam o crescimento da população, foi aplicado um fator de correção, que adapta os valores encontrados ao efetivo crescimento populacional, apontado pelo Censo Demográfico de 1991<sup>9</sup>. Os dados referem-se à RMSP, e na **Tabela 22**, encontra-se o percentual de evolução das pessoas empregadas por setores de atividade no período, bem como a participação que cabe a cada setor no total dos empregos apurados.

**TABELA 22**

PESSOAL OCUPADO POR SETORES DE ATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL RMSP (1981/1990) (%)

SETORES DE ATIVIDADE	Crescimento 1981-1990	Partic.no Total	
		1981	1990
Primário	-7,6	0,5	0,3
Secundário	13,6	42,3	37,7
Terciário	38,0	57,1	61,8
TOTAL	27,4	100	100

Fonte: PNADs, Tabulações Especiais, 1981 e 1990.

O emprego no terciário cresceu muito acima da média dos três

<sup>9</sup>. O fator de ajuste para os valores absolutos dos dados de 1981 é de 0,9602 e para 1990 é 0,8643. Os dados da PNAD contemplam várias atividades onde se estima o número de empregados de acordo com um tamanho mínimo da amostra, o que pode elevar as ocupações no terciário, onde há maior número destes casos.

setores, ampliando sua participação no total de pessoas ocupadas, enquanto os setores Primário e Secundário reduziam suas participações relativas neste total.

Na **Tabela 23** temos uma desagregação dos grupos de atividades do setor terciário, mostrando o crescimento de cada grupo e sua participação no total do setor<sup>9</sup>. Os grupos seguem uma classificação entre as principais atividades. Comércio, Transportes e Outros, tiveram um crescimento maior que a média do setor, e a Administração Pública reduziu um pouco sua participação, enquanto os outros grupos mantiveram quase o mesmo percentual.

**TABELA 23**  
**SETOR TERCIARIO**  
PESSOAS OCUPADAS (POR GRUPOS DE ATIVIDADES) E PARTICIPAÇÃO  
NO TOTAL - RMSF (1981/1990) (%)

GRUPOS DE ATIVIDADE	Crescimento 1981-1990	Partic. no Total 1981 1990	
Comércio	45,0	22,3	23,4
Transportes	43,7	7,3	7,6
Serviços	36,2	63,7	62,9
Administração Pública	21,4	6,3	5,6
Outros	25,5	0,2	0,3
TOTAL	38,0	100	100

Fonte: PNADs, Tabulações Especiais, 1981 e 1990.

As Tabelas seguintes mostram os grupos do terciário, selecionados de forma desagregada. Na **Tabela 24**, temos o<sup>9</sup>. Os dados foram separados em Grupos e Subgrupos, para possibilitar uma maior compreensão. Para fazer este agrupamento, seguimos a separação usual das Contas Nacionais.

Comércio por subgrupos de atividades. O alto crescimento do comércio de produtos de agro-exportação pode ser explicado pelo aumento das atividades exportadoras na década de oitenta e pelo fato de sua base inicial de comparação ser muito pequena. Os outros subgrupos de atividades tiveram crescimento no número de pessoas empregadas menor do que a média do setor e uma ligeira queda de sua participação no total do grupo Comércio.

O Comércio consolidou as inovações mercadológicas que já vinham sendo implementadas desde a década anterior, como reflexo da rápida urbanização. Por ser uma atividade-meio, organiza-se e se condiciona pela estrutura das atividades produtivas com as quais opera. Daí o seu desenvolvimento na metrópole paulista, que tanto por sua concentração industrial como pela presença de um grande contingente populacional, atrai grandes empreendimentos atacadistas e varejistas. O comércio atacadista e mesmo o varejo do Município de São Paulo, é voltado não só para o atendimento de um mercado consumidor que, mesmo extremamente heterogêneo, é numericamente muito expressivo, mas o é também para a RMSF, e até para outras regiões do Estado.

TABELA 24

## COMÉRCIO (SETOR TERCIÁRIO)

PESSOAS OCUPADAS (POR SUB-GRUPOS) E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL  
RMSF (1981/1990) (%)

SUB-GRUPOS	Crescimento 1981-1990	Partic. no Total	
		1981	1990
Gêneros Alimentícios/			
Feiras	50,4	17,7	18,3
Ambulantes	34,6	14,4	13,3
Supermercados/			
Lojas Departamento	22,3	11,1	9,3
Outros	50,4	56,7	58,8
TOTAL	45,0	100	100

Fonte: FNADs, Tabulações Especiais, 1981 e 1990.

Houve uma concentração de capitais e aumento da escala do comércio varejista, o que se refletiu no crescimento das redes de lojas de diversos ramos. Além disso, os empreendimentos envolveram também interesses do capital imobiliário (no caso dos shoppings centers).

As inovações comerciais, como as redes de varejo e o auto-serviço no comércio, expandiram-se para vários tipos de bens, como drogarias e *fast-foods*. Os shoppings centers também se tornaram muito difundidos como forma de comércio na última década.

A expansão do varejo tem adquirido também a forma de *franchising* (franquias). As modificações no consumo dão condições para a especialização e sofisticação, que acompanham as novas formas de concorrência.

Na **Tabela 25**, temos o Grupo Transportes de forma desagregada. Vemos que o maior crescimento de pessoas ocupadas deu-se no subgrupo Transportes Rodoviários de Carga, com 85,5% de aumento entre 1981 e 1990 e aumento de sua participação percentual no total do Grupo. Os grupos Transporte Rodoviário de Passageiros e Transporte Ferroviário tiveram crescimento abaixo da média do grupo, que foi de 43,7%, enquanto Transportes Aéreo e Outros tiveram redução significativa do número de pessoas ocupadas. Com exceção do subgrupo Transporte Rodoviário de Passageiros, todos os outros subgrupos reduziram sua participação no total.

**TABELA 25**  
**TRANSPORTES (SETOR TERCIÁRIO)**  
 PESSOAS OCUPADAS (POR SUB-GRUPOS) E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL  
 RMSF (1981/1990) (%)

SUB-GRUPOS	Crescimento 1981-1990	Partic. no Total	
		1981	1990
Rodoviário de Cargas	85,7	35,8	46,3
Rodoviário Passageiros	29,4	47,5	42,7
Ferroviário	27,5	7,8	6,9
Aéreo	-29,2	6,7	3,3
Outros	-58,1	2,0	0,6
TOTAL	43,7	100	100

Fonte: PNADs, Tabulações Especiais, 1981 e 1990.

O maior Grupo de atividades do setor terciário é o de Serviços, que abrange diversos ramos. A separação em subgrupos, torna mais fácil a observação do seu



comportamento. Os Serviços abrigam atividades muito variadas. É o caso do subgrupo Organizações Cíveis, que envolve desde Associações de vários tipos, até Sindicatos e Organizações de Previdência. O mesmo se dá com as Atividades Especializadas. Neste subgrupo encontram-se vários tipos de atividades requeridas para a produção e que tiveram crescimento na década, como consultorias, propaganda, etc - representando o terciário mais moderno. Já os serviços financeiros (que incluem atividades como bancos, caixas econômicas e corretoras de valores), apesar do destaque que tiveram quanto ao seu desempenho na década de oitenta (em razão do crescimento das atividades especulativas), não tiveram crescimento das ocupações, devido à maior automação.

Devemos salientar que os dados da PNAD utilizados, possibilitam a observação do número de pessoas ocupadas por atividade, mas que uma avaliação das atividades em si, requer o uso de dados qualitativas sobre o emprego, que possam acrescentar mais informações sobre as ocupações desempenhadas nas diferentes atividades, o que não é o objeto do presente trabalho. Tal análise exige que se proceda a uma classificação das ocupações a partir de algum critério que leve em conta a qualificação da mão-de-obra empregada. A evolução do número de pessoas ocupadas é uma indicação parcial da situação da atividade dentro dos setores produtivos. A heterogeneidade das atividades e as deficiências do aparato estatístico dificultam uma análise

mais detalhada do setor.

No caso do Grupo Serviços, deve ser ressaltado como determinante de seu crescimento a diversificação das demandas por serviços de várias naturezas, dados pelo processo de concentração da renda e pela externalização das atividades pelas indústrias, dentro do processo de reestruturação.

**TABELA 26****SERVIÇOS (SETOR TERCIÁRIO)**PESSOAS OCUPADAS (POR SUB-GRUPOS) E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL  
RMSF (1981/1990) (%)

SUB-GRUPOS	Crescimento 1981-199	Partic. no Total	
		1981	1990
Postais/Comunicações	12,7	2,1	1,7
Alojamento/Alimentação	68,2	8,1	10,0
Reparo/Manutenção <sup>(1)</sup>	70,3	11,0	13,8
Pessoais	58,3	2,6	3,0
Médico/Odontológicos	45,9	7,6	8,1
Financeiros <sup>(2)</sup>	8,4	11,9	9,4
Domésticos	-4,7	18,3	12,8
Especializados <sup>(3)</sup>	43,9	8,2	8,7
Ensino & Afins <sup>(4)</sup>	54,6	10,2	11,6
Serv.Auxil.Produção <sup>(5)</sup>	119,3	3,8	6,2
Assistencial/Benefícios	38,1	3,2	3,2
Infra-Estrut.Pública <sup>(6)</sup>	30,0	2,2	2,1
Outros Serviços	16,8	10,1	8,7
<b>TOTAL</b>	<b>36,2</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: PNADs, Tabulações Especiais, 1981 e 1990.

<sup>(1)</sup> Reparação de veículos, elétrica, madeiras, limpeza e manutenção, etc.<sup>(2)</sup> Bancos, financeiras, Caixas Econômicas, seguros, comércio de títulos e moedas, etc.<sup>(3)</sup> Serviços jurídicos, contabilidade, auditoria, assessoria, publicidade, propaganda, tradução, etc.<sup>(4)</sup> Escolas e cursos em geral.<sup>(5)</sup> Auxílio à produção, comercialização e armazenamento.<sup>(6)</sup> Produção e distribuição de energia elétrica, gás, remoção de lixo e abastecimento de água.

A Tabela 26 mostra os dados da PNAD para o Grupo Serviços, desagregado por subgrupos, que tiveram um crescimento médio de 36,2% entre 1981 e 1990. Os subgrupos que tiveram maior crescimento do número de ocupados, superior à média, foram: Alojamento/Alimentação: 68,2%; Serviços Pessoais: 58,2%; Reparo e Manutenção: 70,3%; Serviços Especializados: 43,9%; Ensino e Afins: 54,6%; Médicos/Odontológicos: 45,9%; Auxílio

à Produção/ Comercialização/Armazenamento: 119,3%. Destaca-se o decréscimo nos ocupados em Serviços Domésticos (que também reduziram sua participação no total de ocupados). Os Serviços Financeiros, como já foi apontado, apesar de seu dinamismo na década, tiveram pouco crescimento dos ocupados e reduziram sua participação relativa no Grupo.

Os serviços de Infra-Estrutura Pública - que abrigam Produção e Distribuição de Gás, Energia Elétrica, Água, etc - tiveram um importante incremento de pessoas ocupadas (da ordem de 30%), refletindo uma possível ampliação da cobertura de tais benefícios para a população da RMSF. Finalmente, apenas os subgrupos Alojamento/ Alimentação, Reparo/Manutenção e principalmente Serviços de Auxílio à Produção tiveram aumento mais expressivo em sua participação relativa no total do Grupo, enquanto os demais mantiveram-se quase nos mesmos percentuais. Quanto a este último subgrupo, seu desempenho pode estar confirmando a tendência de externalização de serviços, que deve ter promovido seu crescimento.

Por fim, temos o Grupo Administração Pública (Tabela 27), por subgrupos de atividades. Este mostrou-se o de menor crescimento relativo entre os grupos do terciário, com aumento médio de 21,4% de pessoas ocupadas na RMSF. Este valor contrasta com os valores do crescimento destas atividades no ESP na década de oitenta, principalmente no

interior do Estado..

**TABELA 27**

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SETOR TERCIÁRIO)**  
**PESSOAS OCUPADAS (POR SUB-GRUPOS) E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL**  
**RMSF (1981/1990) (%)**

SUB-GRUPOS	Crescimento 1981-1990	Partic. no Total	
		1981	1990
Serviço Administrativo (Fed., Est., Munic.)	52,6	54,8	68,9
Legislativo/Justiça	-23,3	17,4	11,0
Segurança Pública, etc.	-12,2	27,6	19,9
<b>TOTAL</b>	<b>21,4</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: PNADs, Tabulações Especiais, 1981 e 1990.

Este crescimento relativamente menor deve-se a que os subgrupos Legislativo/Justiça e Segurança/Exército tiveram um crescimento negativo, que afetou os níveis médios do Grupo, já que, por outro lado, o Subgrupo Serviços de Administração Pública Federais, Estaduais e Municipais tiveram um crescimento fortemente positivo, estando entre os maiores dos ramos do setor terciário, 52,6%. Isto se deveu, segundo as análises correntes, à uma ampliação da atuação do setor público e até ao seu papel de empregador, que pode ter, de certo modo, compensado o fraco desempenho do mercado de trabalho na década.

Resta ainda o Grupo Outros Serviços, englobando os que, ou não se encaixam em qualquer outro, ou não são especificados, mas que tem um peso pequeno no total do setor terciário, tendo inclusive reduzido sua participação, embora presente

um crescimento de pessoas ocupadas muito expressivo no período (125,5%).

Apesar de ter havido crescimento dos setores mais modernos, (como serviços especializados, voltados para apoio à produção) cresceram muito também formas de ocupação como o comércio ambulante, que representam os tipos de ocupação mais precárias do setor.

O setor terciário, se por um lado conferiu dinamismo favorável ao mercado de trabalho, por outro lado, dada sua natureza heterogênea e sua condição de responsável por abrigar a maior parte das atividades informais e das formas precárias de ocupação, deu à estrutura de empregos da RMSP um caráter cada vez mais polarizado e precário.

Algumas importantes características da evolução do setor terciário na metrópole paulista nos anos oitenta podem ser arroladas<sup>10</sup>:

- houve concentração de capitais no varejo, formação de redes de comércio e mudanças nas relações atacado-varejo, com declínio das formas tradicionais de comercialização.
- típico das novas formas de varejo são os supermercados - que introduziram e difundiram o auto-serviço - redes de

---

<sup>10</sup>. Ulisses SEMEGHINI e Maria Flora GONÇALVES, A Modernização do Setor Terciário Paulista. A

lojas de departamento e os shoppings centers<sup>11</sup>

- ao lado do crescimento de um comércio mais segmentado e sofisticado, as feiras livres e sacolões ainda têm significativa importância no consumo das camadas assalariadas;
- cresceram os ramos de comunicações e telecomunicações, diversificando os serviços de apoio às empresas e demais consumidores, em razão do crescente uso de recursos de informática e automação.
- os serviços de transportes mantiveram sua participação nos empregos do terciário, com ampliação dos ocupados no transporte rodoviário de cargas;
- serviços tecno-profissionais e auxiliares à produção tiveram crescimento nos anos oitenta devido aos requisitos de modernização da produção;
- nas atividades financeiras houve crescimento, com modernização e automação;
- os serviços sociais públicos cresceram, mas os privados também tiveram forte expansão - refletindo a incapacidade do Estado em prover a população de serviços básicos (como saúde, educação, transportes);
- houve ampliação e diversificação dos serviços pessoais.

---

<sup>11</sup>. Além do capital comercial, envolvem capitais imobiliários, na implementação dos projetos (que provocam impacto locacional nas regiões em seu redor, pela valorização imobiliária e por estimularem a verticalização nas áreas próximas, provocando também uma reorganização do comércio ao seu redor).

Por fim, as atividades terciárias sempre sofrem transformações em suas relações com os setores secundário e primário, "ligadas às mudanças tecnológicas e à reestruturação econômica capitalista"<sup>12</sup>. Os processos mais dinâmicos quanto a isso ocorrem nas regiões mais desenvolvidas e metropolizadas - daí ser a RMSP um retrato deste processo.

---

<sup>12</sup>. Cláudio DEDDECCA e Paula MONTAGNER, Crise Econômica e Desempenho do Terciário.



## VI. Considerações Finais

A RMSP teve seu desenvolvimento fortemente determinado pelo processo de industrialização. Este por sua vez originou-se das condições de acumulação propiciadas pelo complexo agro-exportador cafeeiro.

A indústria que se desenvolveu na região foi favorecida por condições econômicas e sociais não encontráveis em outras regiões do país. Com isso, através de vários mecanismos, o crescimento industrial caracterizou-se pela concentração locacional, consolidando a liderança de São Paulo na economia nacional, por várias décadas.

A partir dos anos setenta começa uma reversão desta concentração, em razão de políticas governamentais específicas neste sentido e pela intensa expansão da indústria, fazendo com outras regiões do país passassem a ter taxas de crescimento industrial maiores que São Paulo.

Mesmo perdendo participação no produto, longe de sofrer um esvaziamento, a indústria de RMSP também se beneficiou dos efeitos dinâmicos do crescimento que se dava em outras regiões e no interior, devido aos encadeamento produtivos de sua indústria com as de outras localidades e continuou liderando o setor a nível nacional.

Na década de oitenta esgotou-se o padrão de desenvolvimento da década anterior, e iniciou-se um prolongado período de crise, que atingiria todos os setores econômicos, mas especialmente a indústria de transformação.

A crise dos anos oitenta expôs a indústria à urgência de se realizar mudanças para se adaptar às novas tendências do processo produtivo, de acordo com os novos paradigmas produtivos emergentes nos países desenvolvidos. A partir de meados da década começaram a surgir iniciativas de ajustamento, motivadas sobretudo pela necessidade de cortar custos e se adaptar à retração do mercado interno, seja pelo redimensionamento da produção, ou por adaptações que permitissem uma maior inserção no mercado externo.

O processo de reestruturação produtiva em curso, com tendência à maior flexibilização das relações de trabalho e a elevação da participação do terciário nas ocupações, aumenta o percentual das categorias intermediárias entre emprego e desemprego. A RMSP, como principal região industrial do país, tende a incorporar estas transformações. O fato de este processo ter se iniciado em meio à recessão, tende a agravar seus possíveis efeitos negativos.

A economia da RMSP, indissoluvelmente ligada à indústria, sofreu de modo acentuado os impactos da recessão. Durante

toda a década a redução da base industrial provocou ajustes no mercado de trabalho e na própria composição setorial do produto na região, com crescimento do setor terciário no produto.

A redução do emprego industrial foi acompanhada (e de certa forma compensada) por um crescimento relativo do emprego no setor terciário. Se por um lado isso representou o acompanhamento do que vem ocorrendo nas principais metrópole industrializadas, trouxe uma tendência à deterioração das condições do mercado de trabalho, pelo aumento do desemprego e porque no terciário há grande peso das atividades informais.

A RMSF perdeu posição na produção industrial, mas houve avanço e modernização de vários de seus ramos e o início de um processo de reestruturação, com ganhos de produtividade.

O terciário deu dinamismo à economia de região, com diversificação e ampliação de suas atividades, e crescimento na maior parte de seus ramos de atividades. Houve crescimento tanto de ramos convencionais, com maior presença de informalidade nas relações de trabalho, como nos setores mais organizados, como o financeiro, serviços voltados à produção, e serviços modernos, com maior conteúdo tecnológico.

Na década de oitenta a Grande São Paulo reforçou seu papel de metrópole nacional, pois pôde absorver, através do crescimento do setor terciário, os estímulos da integração com as transformações que se processam a nível internacional, através da ampliação dos serviços empresariais e financeiros e mesmo das inovações nos serviços pessoais. A capital paulista, foco das transformações dinâmicas na região, participa do movimento de transformações das grandes metrópoles internacionais, em direção à terciarização.

## BIBLIOGRAFIA

- ARAUJO, Maria de Fátima. "Os Cem Últimos Anos na História da Cidade e a Formação da Grande São Paulo". In: CANO, Wilson (coord). **Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI**, São Paulo: FSEADE, v.6, 1992.
- ARAUJO, M.F.; DINIZ FILHO, L. e BESSE, V. C.. "O Terciário Metropolitano". in CANO, Wilson (ccord.). **Coleção São Paulo no Limiar Do Século XXI**. São Paulo: FSEADE, vol.6, 1992,
- AZZONI, Carlos Roberto. "A Lógica Da Dispersão Da Indústria No Estado de São Paulo". **Revista de Estudos Econômicos**, São Paulo, FIFE/ USP, v.16: 45-67: 45-67. Número especial.
- BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. **Da Crise Internacional à Moratória Brasileira**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- BNDES, IPEA, **Sumário Executivo**, n.01/93, nov./1993.
- **BOLETIM DIEESE** "Terceirização e Ação Sindical", São Paulo, n. 135, ano XI, jun.1992.
- BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, FIBGE, (antigo IBGE).
- BRUM, Argemiro Jacob. **O Brasil no FMI**, São Paulo, Editora Vozes, 1984
- CACCIAMALI, M. C. "Expansão Do Mercado de Trabalho Não Regulamentado e Setor Informal". **Revista de Estudos Econômicos**, São Paulo, FIFE/USP, v. 19, número especial, 1989.
- CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. São Paulo: DIFEL, 1977.
- \_\_\_\_\_. "Dinâmica da Economia Urbana em São Paulo: Uma Proposta de Investigação". **RAE**, São Paulo, 25 (1), jan.-mar., 1985, pp. 15-25.
- \_\_\_\_\_. **Concentración, Desconcentración y Decentralización in Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1991, (mimeo).
- CANO, Wilson e SEMEGHINI, Ulisses."Diagnóstico Do Setor Serviços". in CANO, W.(coord.) **Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI**, São Paulo: FSEADE, 1992.

- CANDO, Wilson; PACHECO, Carlos Américo Pacheco; SEMEGHINI, Ulisses Semeghini e ZIMMERMANN, Gustavo. "O Processo de Urbanização Paulista no Período 1970-1989", in CANDO, W. (coord.) **Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI**, São Paulo, FSEADE, 1992, vol. 5.
- CARNEIRO, Ricardo. "A Economia Brasileira nos Anos Oitenta: Cenários Alternativos de Crescimento e seus Principais Constrangimentos" in CANDO, W. (coord.) **Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI**, São Paulo: FSEADE, 1992.
- CONSIDERA, Cláudio e SILVA, Antonio Braz. "A Produtividade na Indústria Brasileira" **Sumário Executivo**, Brasília, IPEA, Diretoria de Pesquisas/DIPES, n.01, nov./1993.
- CORDEIRO, Helena Kohn. "Os Principais Pontos de Controle da Economia Transacional no Espaço Brasileiro". **Boletim de Geografia Teorética**, 16-17 (31-34): 153-196, 1986-1987. I Encontro De Geógrafos Da América Latina.
- CORREA, Roberto Lobato. "Os Centros de Gestão e Seu Estudo". **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, FIBGE, vol.51 (4), p.109, out.-dez., 1989, IBGE.
- COUTINHO, Luciano. "A Terceira Revolução Industrial E Tecnológica: As Grandes Tendências De Mudança". **Economia e Sociedade**, Revista do Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, UNICAMP, n.1, ago., 1992.
- DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo**. São Paulo: DIFEL, 1966.
- DEDDECCA, C. e MONTAGNER, P. "Crise Econômica e Desempenho do Terciário", **São Paulo em Perspectiva**, jul./set., 1992, vol.6, n.3.
- DEDECCA, C.S. e MONTAGNER, P. **A Questão Da Terciarização na RMSP**. Campinas, 1991, 18 p., (mimeo)
- DIEESE. "Os Trabalhadores Frente à Terceirização". **PESQUISA DIEESE**, São Paulo, n. 7, mai/1993.
- DIEESE. "Terceirização e Ação Sindical". **Boletim DIEESE**, São Paulo, n. 135, ano XI, jun.1992.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FIESP. **Uma Análise das Alterações do Padrão Espacial da Indústria Brasileira nos Anos Oitenta**. São Paulo, 1991, 54p., (mimeo).
- FEIJÓ, Carmen e GONZAGA, Paulo. "Os Novos Caminhos da Produtividade na Indústria Brasileira" **Revista Indicadores da Qualidade e Produtividade**, n.1, 1992, (mimeo).

- FRICK, Oscar Osvaldo; **Reflexões Sobre A Desconcentração Industrial.** São Paulo, 1991, Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Economia e Administração da USP, São Paulo, USP/FEA, mimeo, 1991.
- GATTO, Francisco. "Cambio Tecnológico Neofordista y Reorganización Productiva". **Revista EURE**, Santiago, v. XVI, n.47, dez, 1989.
- HARVEY, David **A Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- LIPIETZ, Allain. **O Capital e Seu Espaço.** São Paulo, Nobel, 1987, 209p..
- MACEDO E SILVA, Antonio Carlos "Reestruturação da Indústria a Nível Internacional e Inserção do Brasil", Campinas, UNICAMP, IE/NEIT, **Relatório de Pesquisa**, 1990, (mimeo).
- NEGRI, Barjas "A Indústria de Transformação do Estado De São Paulo (1970-1989)", in CANO, W. (coord.). **Coleção São Paulo No Limiar Do Século XXI.** São Paulo, FSEADE, v.3.
- \_\_\_\_\_ **A Nova Realidade Regional Brasileira: Dinâmica Recente da Distribuição Espacial da Atividade Industrial no Brasil - O Novo Espaço da Indústria Paulista.** Campinas, Relatório De Pesquisa B1, Convênio SPG/ FECAMP - Unicamp - IE- NERU, 1992.
- **Os Trabalhadores Frente À Terceirização.** São Paulo, Pesquisa DIEESE, n.7, maio 1993, 41 p..
- PACHECO, Carlos Américo. **Antecedentes da Questão Regional Brasileira: a Concentração da Indústria no Estado de São Paulo.** Campinas, 1993, 29p., (mimeo).
- \_\_\_\_\_ "A Terciarização Dos Anos Oitenta: de Tudo um Pouco". Campinas, 1992, 29 p., mimeo.
- \_\_\_\_\_ **Os Aglomerados Urbanos De São Paulo: As Novas Realidades Demográficas E Ocupacionais Da Urbanização Paulista (Terciarização e Precarização Da Estrutura Ocupacional Nos Anos Oitenta).** Campinas, Unicamp, 1992, 75 p., mimeo.
- PACHECO, Carlos A. e ARAÚJO, Maria de Fátima. "A Trajetória Econômica e Demográfica de São Paulo nas Décadas de 1970-1980". In CANO, Wilson (coord). **Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI.** São Paulo: FSEADE, v.6, 1992.

- PACHECO, Carlos Américo (coord.); NEGRI, Barjas; LOPREATO, Francisco; LIFSCHITZ, Javier; CROCCO, M.A. e CANUTO, D.. **A Dinâmica Industrial e Financeira na Especialização das Regiões**. Campinas, 1993, (mimeo).
- REVISTA EXAME, São Paulo, Ed.Três, 10/07/91, p.75 (Pesquisa Júlio Lobos Consultores).
- SÃO PAULO. Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. **Séries do Valor Adicionado da Indústria de Transformação no Estado de São Paulo**, (1980 a 1990).
- SÃO PAULO. Secretaria Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo, **Uma Nova Política de Comércio Externo e a Reestruturação da Economia Paulista**. Assessoria de Projetos Especiais, Sumário Executivo, 1993.
- SCOTT, Allen e STORFER, Michael; "Indústria de Alta Tecnologia e Desenvolvimento Regional: Uma Crítica e uma Reconstrução Teórica"; **Revista Espaço e Debates**, São Paulo, n.25, ano VII, pp. 30/44.
- SEMEGHINI, Ulisses C., GONÇALVES, Maria Flora "A Modernização do Setor Terciário Paulista" **São Paulo em Perspectiva**, jul./set., 1992, vol.6, n.3.
- SENAI -1992. **A Indústria de São Paulo: sua Evolução e Distribuição Espacial**; São Paulo, Diretoria de Pesquisa, Estudos e Avaliação, 1991.
- SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SINDICATO DOS METALURGICOS DO ABC. **Os Trabalhadores e a Terceirização: Diagnóstico e Propostas dos Metalúrgicos do ABC**. São Bernardo do Campo: Subseção DIEESE, fev.1993.
- SUZIGAN, Wilson. "A Indústria Brasileira após uma Década de Estagnação: Questões Para a Política Industrial". **Economia e Sociedade**, Campinas, Revista do Instituto de Economia da Unicamp, n.1, ago., 1992.
- ZIMMERMANN, G. "Diagnóstico do Segmento Comércio". in CAND, W. (coord.) **Coleção São Paulo No Limiar Do Século XXI**. São Paulo, FSEADE, 1992.